



Capacitação Continuada
Ministério do Esporte

1



Esporte e Sociedade

ESPORTE ESCOLAR – ESPECIALIZAÇÃO



ESPORTE ESCOLAR – ESPECIALIZAÇÃO

1



Esporte e Sociedade

2ª edição

Brasília-DF, 2004

República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente

Ministério do Esporte
Agnelo Santos Queiroz Filho
Ministro

Orlando Silva de Jesus Júnior
Secretário Executivo

Ricardo Leysner Gonçalves
Secretaria Nacional do Esporte Educacional

Lino Castellani Filho
Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

André A. Cunha Arantes
Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento

Julio César Soares da Silva
Diretor do Departamento de Esporte Escolar e Identidade Cultural

Luciana H. de Cecco
Coordenadora de Apoio, Capacitação e Eventos Esportivos

Comissão de Especialistas de Educação Física

Alcídes Scaglia
João Batista Freire
Juarez Sampaio
Mara Medeiros
Marcelo de Brito
Renato Sampaio Sadi
Suraya Darido

Fundação Universidade de Brasília

Lauro Morhy
Reitor

Decanos

Sylvio Quezado de Magalhães
Extensão

Noraí Romeu Rocco
Pesquisa e Pós-Graduação

Ivan Marques de Toledo Camargo
Ensino de Graduação

Thérèse Hofmann Gatti
Assuntos Comunitários

Erico Paulo Siegmar Weidle
Administração e Finanças

Centro de Educação a Distância – CEAD-UnB

Diretor
Bernardo Kipnis

Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento – NPD
Márcio da C. P. Brandão

Coordenadora do Núcleo de Educação e Tecnologias – NET
Olgamir Francisco de Carvalho

Equipe Pedagógica
Maritza L. dos Santos
Sheila Schechtman
Tâmara M. F. Vicentine

Equipe de Produção

Tâmara M. F. Vicentine – designer instrucional
Francisco M. C. de Oliveira – ilustrações

Sobre os autores do módulo

UNIDADE 1 – ESPORTE, POLÍTICA E SOCIEDADE

Renato Sampaio Sadi
Doutor em Educação pela PUC/SP
Docente da FEF/UFG

UNIDADE 2 – ASPECTOS SOCIOANTROPOLÓGICOS DO ESPORTE

Aldo Antonio de Azevedo
Doutor em Sociologia pela UnB
Docente da FEF/UnB

Dulce Suassuna
Doutora em Sociologia pela UnB
Docente da FEF/UnB

Jocimar Daolio
Doutor em Educação Física pela Unicamp
Docente da FEF/UNICAMP

UNIDADE 3 – ESPORTE, ESCOLA E CIDADANIA

Marcelo de Brito
Mestre em Educação pela UnB
Docente da FEF/UnB

Colaboração na revisão dos conteúdos

Adriano José de Souza
Mestrando em Coaching Pedagogy pela Kent State University (USA) e
auxiliar técnico de voleibol da equipe feminina da Kent State University

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Esporte e sociedade / Comissão de Especialistas de Educação Física [do Ministério do Esporte]. – 2. ed. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2004.
120 p. : il. ; 21 cm. – (Esporte Escolar ; v. 1)

ISBN 85-86290-36-X

1. Esporte escolar – Brasil. 2. Esporte e educação. 3. Educação física e esporte. I. Título. II. Série.

CDU 372.879.6

Apresentação

O ensino de esportes vem sendo reformulado e transformado mundialmente. Países de primeiro mundo como Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Inglaterra e França têm realizado investimentos em estudos e pesquisas, para que novas possibilidades de inclusão através da prática de esporte sejam evoluídas.

No Brasil, já há algum tempo, cientistas do esporte e pedagogos da Educação Física têm colaborado neste tema, estando em contato direto com as novas abordagens científicas de ensino e desenvolvimento de esporte dentro de uma comunidade continental como a nossa. No entanto, a inclusão de mais praticantes de esportes, tanto jovens como adultos, perpassa por um novo olhar numa área altamente enraizada no modelo de *performance* baseado em movimentos tecnificados.

Muitos dos professores de Educação Física, instrutores e monitores de esporte conhecem o chamado ensino tradicional ou tecnicista e o identificam como o que ensina as técnicas esportivas através da pura repetição de movimentos, exercícios, gestos e atitudes. Esta é uma visão estreita que precisa ser reformulada, pois o esporte comporta hoje uma totalidade de expressões humanas.

Como um dos fatores de inclusão social, o esporte é um poderoso mecanismo de integração entre crianças e adolescentes, podendo ser considerado como ferramenta pedagógica na escola (ou fora do contexto escolar) dependendo das ações desencadeadas pelos professores, instrutores e monitores.

Entendendo o processo educacional de maneira ampla e com significados abrangentes, o ensino de esportes não fica limitado a concepções de Educação Física; tampouco se limita ao ensino de técnicas esportivas.

Seja na escolarização formal ou no convívio comunitário, a idéia básica deste primeiro módulo é conjugar aportes teóricos críticos com a realidade possível, tentando destacar os principais elementos de uma formação continuada que seja capaz da intervenção pedagógica de qualidade social ao alcance de todos.

É importante que a educação esportiva seja realizada com qualidade, o que implica em uma bagagem ampliada do professor/educador e do aluno. É necessário compreender o alcance social da presente capacitação e sua inserção no **Programa Segundo Tempo**.

Para que possamos ter uma idéia de como realçar e aumentar o número de praticantes de esportes, temos que ter a coragem de aceitar as inovações metodológicas do ensino e desenvolvimento em esportes. Para isto, precisamos entender que a prática de jogos e esportes não é necessariamente baseada na reprodução de movimentos e sim na capacidade de se envolver no jogo. É preciso compreender o jogo como um processo cognitivo e, depois disto, o praticante precisa assegurar seus movimentos e atitudes como ações e técnicas individuais, isto é, como identidade da individuação (indivíduo + ação).

A aceitação das diferenças e das diferentes possibilidades de resposta e *performances* dentro de jogos e esportes ajudará na inclusão de personagens em nosso país esportivo – *performance* possível e adequada às diferentes faixas etárias, portanto, sem modelos pré-determinados, sem treinamento com sobrecarga, sem especialização precoce.

Aqui vale uma ressalva: se continuarmos com indicadores de modelos estereotipados de técnicas para a prática desportiva, contribuiremos para a diminuição do número de praticantes e consumidores de esportes em nosso país e ainda teremos, a longo prazo, um país de somente três esportes, como por exemplo: o futebol, o voleibol e o basquete.

Ainda, com mais um detalhe: esportes como voleibol e basquetebol não conseguem ter mais do que 10 equipes em seus torneios nacionais, (estamos falando de torneios continentais); portanto, é preciso aceitar que algo errado tem ocorrido no mundo da formação esportiva de nossas crianças e adolescentes.

É preciso que novos olhares para o esporte brasileiro sejam concretizados, para termos a médio e longo prazos mais praticantes de todas as idades. Além da prática, as pessoas teriam o acesso a conhecimentos do esporte, uns como profissão, outros como lazer.

Nesse sentido, os temas desenvolvidos neste módulo estão articulados com as possibilidades concretas das atividades práticas e podem ser resumidos em:

- oportunidade para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos nas aulas de Educação Física, educação esportiva e desenvolvimento esportivo;

- oportunidade de aprender e praticar resolução de problemas dentro e a partir dos jogos (recursos estratégicos e inteligentes); pois antes de qualquer ação motora é necessário que seja descoberto qual o problema de jogo a resolver, quais as necessidades que este problema cria e qual a solução que será apresentada – estes são aspectos cognitivos do jogo que estão esquecidos na pedagogia do esporte;
- criatividade e crítica como arma do professor; este necessita transformar-se em arquiteto do jogo, para assim contribuir com jogos que criem possibilidade de aprendizagem e melhora da *performance* dentro dos jogos;
- convívio social e ético dos alunos – a educação esportiva pode ser desenvolvida dentro de um ambiente criado e recriado pelo professor.

Tais temas, longe das famosas receitas de atividades, devem ser problematizados pelos agentes com (e através de) mediação pedagógica com os alunos. A criatividade do professor, sua experiência de vida e seu relacionamento com a comunidade que atende são marcas importantes para a prática diária do esporte, bem como para o crescimento e o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Este primeiro módulo do **Curso de Capacitação Continuada em Esporte Escolar – Especialização** é composto por três eixos que se articulam numa temática central: *Esporte e Sociedade*.

É fundamental perceber, na leitura que se segue, os objetivos deste estudo: compreender o recente debate na área de educação física e esporte, sendo capaz de considerar as questões da política social e do direito ao esporte, os elementos socioantropológicos e o lugar da pedagogia do esporte na busca de autonomia, crítica, criatividade e emancipação.

Os pontos destacados, abaixo, referem-se à indicação de estudos que possam estruturar os pensamentos dos pedagogos e suas atividades diárias:

- Educação Física e espetáculo esportivo
- Regulamentação profissional
- Esporte Educacional e escolar
- Os direitos da criança e do adolescente no esporte
- As cartas brasileiras de Educação Física
- Abordagem socioantropológica
- Técnicas corporais e técnicas esportivas: entre a eficiência e a eficácia
- Educação Física e ciências humanas
- Contradições do Futebol Brasileiro
- Contradições do esporte brasileiro
- Particularidade e totalidade escolar
- Necessidade de uma nova concepção de esporte

As mudanças que precisamos para o Brasil são inúmeras. No caso do esporte, a mudança deve ser clara: uma pedagogia de qualidade social para todos. O papel do educador é fundamental neste processo e, portanto, necessita ser qualificado. Através dos tópicos apresentados, podemos concluir pela necessidade desta qualificação. Isso significa que todos podem assumir responsabilidades com o ensino (e a aprendizagem) dos esportes, tornando-o uma área significativa no interior escolar. Mais do que atividade prazerosa, o ensino dos esportes precisa de pedagogos e pedagogas familiarizados com os novos termos do debate atual.

Se o professor de esporte no Brasil tiver a coragem de encarar as mudanças mundiais que já ocorrem em pequenas comunidades de nosso país, nós teremos em médio prazo um país com mais praticantes que participam ativamente de atividades em suas comunidades e não somente consomem esportes através da TV.

Ainda temos um país que não oferece chance da prática esportiva em plenitude. Poder-se-ia argumentar que isso só é possível com a transformação da sociedade e do modelo de produção. É evidente que no horizonte das mudanças sociais existe uma preocupação central que é uma transformação específica da didática do esporte, do conteúdo e método de ensino do esporte. Como criar elementos de alteração e tensão com velhas práticas? Podemos mudar este quadro com atualização metodológica e projetos comunitários? Achamos que devemos dar os primeiros passos.

Nestas mudanças o caráter crítico deve ser problematizado. São inúmeras as obras, livros, monografias, dissertações e teses sobre temáticas relacionadas ao mundo do esporte, muitas vezes desconhecidas por nós. Na área acadêmica da Educação Física, dos anos 80 até os dias de hoje, as produções científicas têm destacado o caráter seletivo e excludente do esporte. Do geral para o específico, da sociedade desigual para o esporte desigual e destas constatações para o plano de mudanças que necessitamos, a crítica criativa é uma poderosa arma de intervenção do professor.

Além da crítica, a organização e reorganização das manifestações esportivas, da cultura esportiva das crianças, também requerem problematização e debate. Saímos, portanto, da crítica como lugar comum para qualificá-la como lugar de destaque. Não pode ser qualquer crítica, tampouco aquela que só oferece os elementos negativos. São as críticas conseqüentes que fazem avançar os termos da mudança, que se apresentam com maturidade suficiente diante das dificuldades. São críticas que revelam o potencial de criação, de criatividade do(s) sujeito(s).

Uma questão crítica para reflexão: se o esporte é, por natureza, seletivo e excludente, como fazer para amenizar tal característica? O processo hierárquico do comando esportivo deve ser transformado em um processo heterárquico e democrático, tanto na relação entre professor-aluno, aluno-aluno, ligas/federações, equipes/investidores para com os praticantes.

Os professores devem assumir as responsabilidades que lhes cabem, afinal a profissão de professor é uma profissão de quem estuda, pesquisa, debate e intervém com qualidade. A formação de professores é um tema de longo debate no Brasil. Em linhas gerais, no que se refere ao ensino do esporte, podemos afirmar que os instrutores e monitores são professores em potencial. Devem ser estimulados ao estudo e à busca de um curso superior.

Assim, com o objetivo de tirar o máximo proveito no estudo deste módulo, observe as orientações e os princípios gerais desta apresentação, refletindo sobre os pontos polêmicos.

É importante frisar com quais óculos escolhemos enxergar o esporte escolar no Brasil: na busca de uma nova concepção de esporte, entendendo as possibilidades concretas de atuação dos professores e desenhando novas formas de atuação fundamentadas na perspectiva dialética, ou com as velhas lentes do esporte excludente, desigual e exclusivamente de *performance*.

Nesse sentido, o conteúdo das próximas linhas deve ser objeto de intenso debate e polêmica.

Boa leitura! Bons estudos!



Sumário

Apresentação 4

Unidade 1 → Esporte, política e sociedade 11

- 1.1 O esporte como política social para todos 12
- 1.2 A regulamentação profissional na Educação Física 15
- 1.3 Estranhamento com o espetáculo esportivo para massas: mídia, individualismo e hipercompetitividade 19
- 1.4 Esporte educacional, de desenvolvimento, participação e lazer e de rendimento 23
- 1.5 O direito da criança e do adolescente no esporte 30
- 1.6 A Carta Brasileira do Esporte Escolar 33
 - 1.6.1 As Cartas Brasileiras de Educação Física 40
 - 1.6.2 Comentários e reflexões sobre as Cartas Brasileiras de Educação Física 50

Referências bibliográficas 54

Unidade 2 → Aspectos socioantropológicos do esporte 59

- 2.1 O homem como produtor e consumidor do esporte 60
 - 2.1.1 Sociologia funcionalista *versus* sociologia crítica do esporte 60
 - 2.1.2 Relação homem-sociedade 63
 - 2.1.3 O homem, a sociedade de consumo e o fenômeno esportivo: a secularização do esporte 65
- 2.2 A Educação Física e as Ciências Humanas 67
 - 2.2.1 As mudanças no conceito de corpo – a concepção biológica e padronizada 68
 - 2.2.2 As mudanças no conceito de corpo – as contribuições da Antropologia 70
 - 2.2.3 O homem como ser cultural 75
 - 2.2.4 Técnica esportiva: entre a eficiência e a eficácia simbólica 79
 - 2.2.5 Implicações para o ensino do esporte 81
- 2.3 O futebol brasileiro e suas contradições 85

Referências bibliográficas 96

Unidade 3 → Esporte, escola e cidadania 99

3.1 A escola como experiência significativa e desejável 100

3.1.1 A escola que queremos 102

3.1.2 A escola a serviço da sociedade capitalista 104

3.1.3 Pensando um projeto para a Educação Física 105

3.1.4 Um projeto para a escola que queremos 108

3.2 A necessidade de uma nova concepção de esporte 111

Referências bibliográficas 118



UNIDADE

1



Esporte, **política** e **sociedade**

Apresentação → Nesta unidade você irá estudar alguns elementos sobre a organização das

políticas sociais e seus impactos/efeitos no esporte.

Acompanham as presentes reflexões:

- elementos do esporte como instituição para massas;
- tensões da prática esportiva de cunho educacional com a de cunho de rendimento;
- princípios elementares no campo da luta de classe e direitos sociais no esporte.

Apresentamos, ainda, uma breve síntese sobre as cartas brasileiras de Educação Física, documentos que visavam, na sua determinada época, estabelecer os pilares da área acadêmica e profissional.

1.1 O esporte como política social para todos



Ao término do estudo desta seção, você deverá ser capaz de:

- *Compreender que o esporte é uma política social para todo o cidadão (Constituição Brasileira de 1988).*

No Brasil, o esporte sempre foi uma política para poucos. As classes dominantes apenas legitimavam a prática esportiva quando seus interesses internacionais poderiam promover a nação, vendendo-a segundo os princípios mercadológicos. Assim, construiu-se uma concepção de que a política do esporte deveria ser massificada segundo os interesses do fomento ao esporte olímpico. Para compreender o que é uma política de esporte, vamos começar entendendo um pouco o que é uma política social.



Como estratégia de governo, a política social é geralmente entendida como um conjunto de planos, programas e normas, nos quais o Estado estabelece suas diretrizes, fixando ordens de governo e concedendo alguns mecanismos de reprodução social.

O conjunto de leis e diretrizes expressas em políticas sociais consegue apanhar do real o que é mais urgente e imediato e, muitas vezes não consegue fotografar o estratégico.

Por outro lado, as tensões relativas a Capital-Trabalho encontram níveis de conflito mediados pelo Estado. Assim as pressões e reivindicações acabam por configurar-se em "tentativas" num primeiro momento e "conquistas" efetivas, com a definição de políticas de governo, num momento posterior.

“Não tem havido, pois, política social desligada dos reclamos populares. Em geral, o Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente do momento. Adotar bandeiras pertencentes à classe operária, mesmo quando isto configure melhoria nas condições humanas, patenteia também a necessidade de manter a dominação política” (Vieira, 1997, p. 22).

O esporte como política social insere-se na luta de classes, pois articulam-se perspectivas antagônicas em seu campo de atuação.

“Um exame fundamentado no método **materialista histórico e dialético** pode revelar a política social como parte da estratégia da classe dominante, mais adequadamente da burguesia. Pode dar a conhecer a política social como estratégia capaz de conservar a desigualdade social, colaborando no funcionamento do capitalismo” (Vieira, 1997, p. 30).

Materialismo histórico e dialético corrente de pensamento fundada por Marx e Engels; concebe o homem como um ser social, concretamente determinado pela história.

Escrevendo sobre três momentos da política social brasileira no século 20, o autor, em outro texto, considera que o primeiro período da política social seria o período de *controle da política*, indo desde a Era Vargas ao populismo nacionalista.

O segundo período nomeado por *política do controle* cobriria a ditadura militar de 1964 até a Constituinte de 1988.

O terceiro momento seria representado pelo período pós-88 e denominado de *política social sem direitos sociais* (cf. Vieira, 1997, p. 68).

As lutas em favor da redemocratização da década de 80 possibilitaram uma certa oxigenação no campo das políticas sociais.

Em nenhum momento a política social encontra tamanho acolhimento na Constituição brasileira, como acontece na de 1988 (artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11): nos campos da Educação (pré-escolar, fundamental, nacional, ambiental, etc.), da Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional ou sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, da atuação de representante dos trabalhadores no entendimento direto com empregadores. De outra parte, poucos desses direitos estão sendo praticados ou ao menos regulamentados, quando exigem regulamentação. Porém, o mais grave é que em nenhum momento histórico da República brasileira os direitos sociais sofrem tão clara e sinceramente ataques da classe dirigente do Estado, como depois de 1995.

Somar os esforços na direção do sujeito coletivo da classe dos que vivem do trabalho é ousar nas possibilidades concretas de mudança. O Esporte, no interior da escola, tem canais próprios para esse tipo de aposta. Sim, é uma aposta, pois não se pode saber o resultado, mas também pode ser um trabalho fascinante, se houver envolvimento social e emocional das pessoas. Por outro lado, a crise mundial afeta diretamente a escola pública. Há falta de recursos e desmotivação em geral.

A crise não é só das expectativas dos agentes financeiros e econômicos em sonhar com os *ganhos*, que estão diminuídos. Não é só uma crise de investimento, na ótica capitalista de projeção de mercados. Além de ser uma crise de perspectiva do trabalho humano, é sobretudo uma crise de possibilidades, na qual o descontrole e a autonomia do financeiro assumem enormes proporções. A partir da crise estrutural e inerente ao capitalismo,

“O evoluir da ordem burguesa, ao longo de todo o século 20, não infirmou nenhuma das tendências estruturais de desenvolvimento que Marx nela descobriu – ao contrário, comprovou-as largamente, pois aí estão: – a concentração e a centralização do Capital; – o caráter anárquico da produção capitalista; – a reiteração das crises periódicas; – as dificuldades crescentes para a valorização; – os problemas referentes à manutenção dos patamares das taxas de lucros; – a contínua reprodução da pobreza relativa e crescentes emersões de pobreza absoluta; – os processos alienantes e reificantes” (Netto, 1993, p. 36-37).



O que significa o esporte como política social na sociedade moderna?

Tais situações acentuam o caráter de provisoriedade das políticas sociais nos marcos da ordem burguesa e, o esporte pode, quando muito, apenas contribuir no esforço de promoção de maior qualidade nas políticas desenvolvidas, nos serviços prestados. Serão sempre provisórias se não forem edificadas como estratégia dos trabalhadores.

Por estratégia estamos compreendendo (e defendendo) um conjunto de ações que caminhem no sentido de transformação da atual realidade. Mudar a concepção de esporte tecnicista, trabalhar por uma concepção ampliada de esporte escolar como forma de atrair crianças e jovens para a cidadania e futura emancipação.



Na sua opinião, o que deve ser um esporte democrático?

Não é tarefa fácil, portanto, pensar nas especificidades das políticas sociais (como estratégia) quando se tem em mente que os objetivos maiores da mudança como plataforma política dependem da lógica de globalização econômica. Entretanto, ao encaminhar propostas de intervenção, temos claro que o campo de ação demarcado é restrito aos acertos democráticos nos quais, certamente, podem ser desenvolvidos mecanismos de criatividade e crítica por parte dos professores e estudantes de Educação Física.

Este é um outro ponto de partida absolutamente fundamental para a mobilização consciente e estratégica a partir de políticas sociais elaboradas ou pressionadas por trabalhadores. O que deve ficar claro é que tais ações constituem apenas o início de uma longa jornada de revolução democrática.



Agora é com você

Essa primeira parte do curso é bastante teórica e pode até mesmo conter alguns temas que você pode não ter visto em sua formação, ou estudado muito pouco. Aproveite esse primeiro momento para listar suas dúvidas e inquietações e enviá-las para seu tutor. Se houver algum colega de curso próximo a você, monte um grupo de estudos.

O importante é não desanimar e aprofundar seus conhecimentos de forma a ter um ponto de partida teórico para embasar sua prática. Lembre-se que uma prática sem reflexão é tão ruim quanto a reflexão sem o apoio da prática e da renovação.

Preparado para a próxima leitura?

A regulamentação profissional na Educação Física

Ao término do estudo desta seção, você deverá ser capaz de:

- *Compreender que existem posições políticas diferentes sobre a regulamentação profissional da área de Educação Física que tem afetado a escola e os projetos de esporte escolar.*



A atual conjuntura tem sido marcada pelo debate sobre a regulamentação do profissional de Educação Física. Não cabe aqui polemizar sobre a necessidade ou não do registro profissional para aqueles que atuam com esporte. De modo geral não existe obrigatoriedade do registro, pois hoje vivemos uma época de inclusão e desenvolvimento e por isso mesmo não podemos excluir aqueles que ainda estão em formação, precisando de empregos e que podem ser utilizados para viabilizar os mais variados programas de esporte escolar.

No interior do Estado de Goiás, por exemplo, mais de 80% dos professores são leigos. Tal situação dificulta um trabalho de qualidade na Educação Física e no esporte escolar, mas a solução do problema não é a simples regulamentação da profissão junto ao Sistema do Conselho Federal e Regionais de Educação Física. O compromisso do professor ou daquele que quer tornar-se professor é o compromisso do estudo e da criatividade crítica como arma para a atuação no cotidiano.

A grande diversidade cultural do corpo do brasileiro e, em consequência, de todas as suas atividades físicas não permitem uma equação única de regulamentação, direitos e deveres, além de apresentar poucas chances de definição padrão.



Das manifestações lúdicas da infância ao esporte de rendimento a complexidade de atividades não pode ser definida e rotulada como atividades próprias dos profissionais de Educação Física. Nesse sentido, cabe refletir sobre o professor licenciado em Educação Física e o bacharel, este mais propício ao profissional de Educação Física. Na melhor das hipóteses para este profissional, restaria a titularidade do "autônomo", isto é, o indivíduo que busca no mercado profissional a sua sobrevivência sem a garantia do empregado, mas com o risco do empregador.

No interior do debate da Educação Física, a cultura corporal foi problematizada principalmente a partir da contribuição do Coletivo de Autores, em 1992. O significado histórico foi o mais visível, embora o antropológico também já estivesse presente. O alvo traçado era o professor de Educação Física do ensino básico e, portanto, a regulamentação profissional era um debate muito mais das antigas Associações de Professores de Educação Física (Apefs) do que propriamente do campo mais avançado da área.



O desenrolar dos anos 90 favoreceu diretamente o imediatismo do mercado privilegiando não a cultura corporal em sua ampla gama de manifestações, mas o sentido restrito de atividade física como ato unicamente motor.

Esta tendência manteve hegemonia para configurar os rumos profissionais da Educação Física, a Lei nº 9.696/98 e o nascimento do Sistema Confef/Cref.

Rapidamente alastrou-se um falso debate de que a cultura corporal teria um componente ideológico vinculado à esquerda, e a atividade física seria um elemento de educação promovido pelos apoiadores do Conselho Federal de Educação Física. Nesse âmbito, a cultura corporal fragmentada restringiu-se aos debates acadêmicos enquanto o mercado profissional crescia. Pulverizaram-se os cursos de Educação Física e os conhecimentos técnicos sobrepuseram-se sobre os conhecimentos do homem, das relações humanas e pedagógicas de qualidade.

Aqui reside uma problemática ainda sem solução: no que se refere à Educação Física na atual conjuntura brasileira, a ênfase no individualismo profissional reforça a hipercompetitividade do esporte visando isolar, neutralizar e até mesmo anular seu caráter educacional.



A hipercompetitividade não está relacionada apenas às competições esportivas de rendimento, mas às disputas profissionais no acirrado mercado de trabalho.

O que o atual debate em torno da Lei nº 9.696/98 – a lei de regulamentação do profissional de Educação Física – tem revelado é a

disputa por intenção de projeto, que conjugue o interesse acadêmico e profissional, com possíveis mudanças imediatas, tais como a organização de uma categoria profissional, mas que possa, além disso, desembocar em projeto de fato.

A aparência do debate já foi amplamente declarada – a defesa do mercado profissional. A essência do mesmo debate, todavia, não é dita: por trás do discurso fácil do mercado, da venda de imagem moderna/salvadora e de pessoa bem-sucedida na vida, oculta-se o sucateamento da escola pública, ou seja, o desejo de privatizar o espaço da Educação Física escolar.

Como este é um processo de longo prazo, há que se modificar currículos de escolas de Educação Física; há que se aumentar as “disponibilidades” das academias e instituições para que se possa vender o corpo e as atividades físicas escolares, como “extra-escolares”; há que se caracterizar a escola (des)caracterizando o projeto pedagógico da Educação Física.

Neste jogo, como em tudo na luta de classes, há dois lados: de um, os setores comprometidos com a formação de um amplo leque de políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer, comprometidos com a defesa de um ensino público em todos os níveis, comprometidos com a qualidade social da educação para todos e com a transformação de valores e crenças que essa educação venha possibilitar.

De outro lado, os setores defensores da regulamentação do profissional de Educação Física. Estes constituíram o pedaço de poder dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, ou seja, conquistaram o poder da “profissão” Educação Física para o mercado do “profissional” de Educação Física, no entanto, ao analisar o termo profissão, o sentido corporativo é o mais nítido nas comparações dos salários dos trabalhadores.

O *status* social atribuído a várias profissões no Brasil, na visão dos defensores da regulamentação significa imputar um sentido de profissão liberal. As profissões consideradas liberais, devido ao ápice da crise, conduziram as pessoas à imposição de padrões de vida bem inferiores aos de anteriormente, ou seja, o achatamento salarial fez (e faz) o padrão de vida mudar (para pior); em seguida, o arranjo da situação se deu (e continua se dando) através do aumento na jornada de trabalho. O corporativismo dificulta os olhares críticos dos trabalhadores na construção de unidade e resistência. Não têm sido poucos os debates sindicais que sinalizam a insuficiência da luta sindical isolada de uma dada categoria qualquer.

A atual conjuntura é bastante complexa, divide e fragmenta os trabalhadores. Nesta lógica, podemos considerar cinco concepções políticas na área da Educação Física:

1. uma abordagem que nega toda e qualquer regulamentação, adotando a postura idealista do trabalho sem padrão nos marcos do capitalismo;
2. um grupo que nega, mas ao mesmo tempo quer construir a contramão do processo através de uma perspectiva adesista às ordens profissionais;
3. um terceiro movimento que prefere não enxergar o problema e mantém-se, por isso, afastado de qualquer debate;
4. uma quarta concepção constituída por pessoas que se dizem neutras, indiferentes e sem conteúdo do assunto, mas, talvez, conscientes e estu-



Você conhecia todos esses posicionamentos sobre a concepção da Educação Física e de sua regulamentação? Qual grupo expressa melhor sua opinião sobre o assunto?

- diosos da questão apóiam a regulamentação (ainda que indiretamente), neutralizando e confundindo-se com o grupo anterior;
5. um quinto grupo formado por uma parcela de professores e estudantes que são os reais defensores da regulamentação do trabalho.

Tais turbulências e ramificações polemizam e impactam no projeto pedagógico da área e nos programas de esporte escolar.

Por fim, a recomposição da cultura corporal neste processo de regulamentação profissional é lenta e necessita de certos cuidados, para não ser totalmente destruída.



Agora é com você

O tema tratado nesta seção é de extrema importância para sua vida profissional e para uma escolha consciente sobre seu papel de educador. Procure se informar mais acerca desse debate.

E seu ritmo de estudo, como está? Você está conseguindo manter a agenda de estudos que havíamos sugerido no Manual do Cursista? Não deixe para ler e executar as atividades muito próximo do prazo de entrega.

Na próxima seção você vai estudar e refletir um pouco sobre a questão do esporte como agente de mudança ou como reproduzidor de ideologias pela mídia. Mais uma vez você, educador, está sendo chamado a refletir sobre sua prática e sobre a maneira como entende e ensina o esporte.

Estranhamento com o espetáculo esportivo para massas: mídia, individualismo e hipercompetitividade

Ao término do estudo desta seção, você deverá ser capaz de:

- *Compreender que o esporte possui componentes negativos (reprodução da mídia sem reflexão dos sujeitos) e positivos (postura dos professores/monitores como agentes de mudança).*



Das manifestações esportivas capazes de influenciar a conjuntura política, certamente temos as grandes competições de esporte de rendimento, como a Copa do Mundo de Futebol, as Olimpíadas, os Jogos Pan-Americanos, etc. A simbologia da vitória é o cerne da questão. Através dela, os organizadores do *marketing* do esporte potencializam suas vendas; as torcidas atuam como elemento passivo diante do fenômeno do espetáculo esportivo.

Nesse sentido pode-se dizer que há um *estranhamento* do homem em relação ao espetáculo esportivo, pois na arena da competição todos se envolvem em busca da vitória, que pode ser tanto uma vitória legítima quanto uma vitória por meios ilícitos. Tal estranhamento é reforçado pela mídia televisiva, pelas falas dos apresentadores que ora valorizam, ora destroem a imagem de atletas.

O discurso televisivo sobre o esporte pode ser verdadeiro ou mentiroso como qualquer outro discurso, mas seu elemento sedutor reside na imagem da perfeição do gesto técnico dos atletas, bastante explorado pela televisão. Recordes, finalizações, dribles e façanhas esportivas são exaltados e repetidos em montagens espetaculares.



Assim, no que se refere ao esporte, a dura realidade do País não é projetada para os milhões de brasileiros. O que assistimos são espetáculos de esporte de alto nível que se pautam pelo individualismo e hipercompetitividade não o esporte como jogo, como lazer, como educação, etc.

Vaz (1999, p.100) afirma que a mídia televisiva tem como preocupação central dois "passatempos"; quando transmite, por exemplo, os Jogos Olímpicos:

- um relacionado à especulação de limites humanos como recordes, marcas e pontos;
- a comparação das *performances* entre homens e mulheres, atribuindo ao sexo masculino o paradigma "superior".

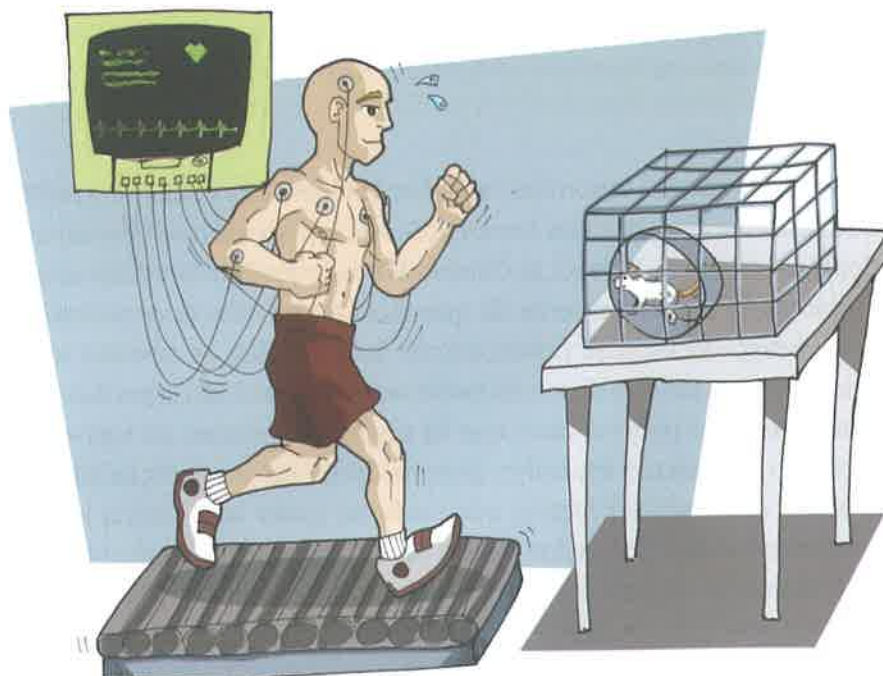
O autor constata que nos dias atuais os processos de controle do corpo mediados pela ciência e pela tecnologia do esporte alcançam a experiência humana, tornando-a um culto a *performance*. Baseando-se em **Theodor Adorno** – para quem o esporte teria um caráter masoquista, violento, fazendo o ser obedecer e sofrer – Vaz resgata a idéia do corpo como máquina, do corpo como coisa.

Assim, a sociedade esportivizada precisa treinar os corpos para o rendimento, para o espetáculo esportivo, o que significa naturalizar as experiências em laboratório com seres humanos, equiparando-os com os animais.

Theodor Adorno

(1903-1969)

filósofo alemão, tinha clara consciência que a educação escolar é determinada e não determinante. Na sociedade administrada vários fatores determinam a educação escolar, entre eles, as políticas educacionais. Realizou estudos sobre a Indústria Cultural e o Capitalismo Tardio.



A explicação desta trama é que os corpos, transformados em máquinas a serem dominadas, estariam sujeitos à coisificação da consciência, isto é, à mutilação da consciência, que não teria espaço para o racional, para o esclarecimento. A violência, a vingança, o ódio e o irracional tomariam conta deste corpo coisificado.

Torna-se importante destacar que tais princípios do esporte de rendimento podem se manifestar no esporte educacional, no nascimento do esporte na criança. Os professores de Educação Física conhecem tais princípios, entretanto, precisam compreendê-los melhor. O estranhamento no esporte pode ser muito forte na formação inicial das crianças, que poderia conduzi-las à passividade da mera torcida pelos colegas considerados mais "aptos". Tais divisões e fragmentações estranham as possibilidades educacionais no esporte e precisam ser revistas pelos professores.

O individualismo e a hipercompetitividade precisam ser constantemente combatidos. São expressões máximas e esdrúxulas que se deseja negar numa sociedade efetivamente fraterna e democrática.

As manifestações da individuação (indivíduo em ação) e da competição a favor e não contra o humano devem ser incentivadas e promovidas de forma didática e educacional, garantindo-se a permanência de valores éticos no decorrer da vida.

Bracht (1992), advogando princípios de uma **pedagogia crítica** para a área, enumera as seguintes posturas:

"Os professores de Educação Física precisam superar a visão positivista de que o movimento é predominantemente um comportamento motor. O movimento é humano, e o Homem é fundamentalmente um ser social (...) precisam superar a visão de infância que enfatiza o processo de desenvolvimento da criança como natural e não social. Fala-se da criança em si, e não de uma criança situada social e historicamente (...) devem buscar o entendimento de que, o que determinará o uso que o indivíduo fará do movimento (na forma de esporte, jogo, trabalho manual, lazer, agressão a outros e a sociedade etc.) não é determinado em última análise, pela condição física, habilidade esportiva, flexibilidade, etc., e sim pelos valores e normas de comportamento introjetados, pela condição econômica e pela posição na estrutura de classes de nossa sociedade (...) Superar a falsa polarização entre diretividade e não-diretividade (...) um outro equívoco que precisa ser superado, é o de que devemos simplesmente ignorar a cultura dominante, que nesse entendimento não serve à classe dominada" (Bracht, 1992, p. 65).

Ao superar uma série de condicionamentos pertinentes à formação tecnicista em Educação Física, os professores precisam entender que o esporte educacional e escolar deve ser o esporte **da escola** e não o esporte **na escola**.

Da escola, por ser próprio de cada manifestação individual e coletiva, por ser próprio de cada localidade e principalmente, por carregar a perspectiva da autonomia. Não deve ser um esporte na escola, isto é, um esporte de rendimento, olímpico e de treinamento, injetado na escola por determinação de uma dada cultura dominante, televisiva e mercadológica.



Na **pedagogia crítica** o professor atua de forma dinâmica e sempre que possível relaciona conteúdos e experiências do aluno, tentando, sistematicamente, evidenciar a importância de uma sólida formação escolar como instrumento para a sua prática cotidiana, propiciando a crítica ao social e mudanças no indivíduo.

As interfaces entre o esporte na escola e o esporte da escola tornam-se visíveis na medida em que o esporte puder ser democratizado, isto é, ensinado a todos. Reafirma-se a idéia de que não há por que ser contra o esporte de rendimento, afinal ele tem um porquê e um para quê, além do para quem de sua existência.

Assim, as divisões entre Educação Física escolar e não-escolar contribuem para uma visualização da cultura corporal de forma ampla, complexa e dialética. Todas as manifestações dos jogos, das brincadeiras, do esporte, da dança, das lutas, da capoeira e de inúmeras formas de movimentar-se estão presentes nestas duas subáreas. Ocorre que as mudanças neoliberais da década de 1990 imputaram à educação formal um sentido restrito à Educação Física. Soma-se a isso o abandono e o sucateamento dos espaços públicos, dos equipamentos e da qualidade profissional que não pode ser imposta por um simples registro, mas deve ser formulada e articulada historicamente.



Agora é com você

Depois desta leitura você deve ter pensado em seu grupo de alunos. Lembrou de algum que fica só ali, na torcida, fugindo das atividades porque não gosta ou porque é desajeitado? Lembrou daquele outro que fica sempre na torcida pelos colegas que considera desportistas natos?

E, neste curso, como você está atuando? Tem ficado apenas na torcida, lendo os textos ou está em quadra, refletindo, fazendo anotações, buscando soluções para suas dúvidas?

Vamos a mais uma seção de leitura e reflexão.

Esporte educacional, de desenvolvimento, participação e lazer e de rendimento

Ao término do estudo desta seção, você deverá ser capaz de:

- *Compreender o conceito e a prática do esporte em suas três dimensões: educacional, de participação e lazer e de rendimento;*
- *Compreender que o esporte escolar, na atual estrutura piramidal, deve ser reformulado.*



A atual estrutura do Ministério do Esporte está baseada na Constituição brasileira.

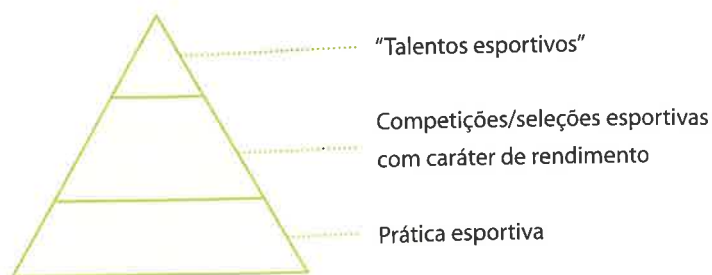
As divisões do Esporte e a constituição de um Ministério próprio com três Secretarias (Educativa, de Desenvolvimento, Participação e Lazer, e de Rendimento) ajudam a compreender o esporte como prática social historicamente construída e culturalmente desenvolvida. As nítidas fronteiras entre as três dimensões do esporte foram resultado das mudanças processadas na sociedade brasileira nos últimos trinta anos, bem como das mudanças internas na área de Educação Física.



O Esporte Escolar é ainda restrito a crianças e adolescentes considerados *talentos esportivos*, sendo predominantemente compreendido como base para o esporte de rendimento e desenvolvido a partir desta compreensão. Esta é uma realidade que distancia a prática do Esporte da perspectiva educacional, gerando exclusão nas práticas escolares e desigualdade de oportunidades, pois é um processo que já se inicia sendo oferecido para poucos. Sabendo que no decorrer dos anos haverá exclusão e desistência por uma série de fatores, chega-se ao esporte de rendimento com um número baixo de talentos esportivos.



Em sua opinião, quais as principais características do esporte educacional?



Na contra-mão desta pirâmide injusta, busca-se o aumento do número de alunos envolvidos, a continuidade do processo de participação esportiva na vida escolar, almejando uma educação integral, projetando a disseminação da prática e da cultura esportiva do país.

Dessa forma apresentamos uma (re)significação da pirâmide citada (que busca talentos pela exclusão – elementos a serem combatidos), *incluindo-a dentro de um amplo bloco de sujeitos envolvidos*, o que demonstra a continuidade de um processo de ensino e prática esportiva com elevada qualidade ao povo. Teríamos a oportunidade de ampliar o número de praticantes de esporte, tanto de nível iniciante (1) como de nível intermediário (2) antes de se chegar ao esporte de rendimento; nesta lógica, com novo significado.

A abertura das pirâmides, isto é, a inversão da lógica da pirâmide anterior (triângulo) implica o alargamento de oportunidades e novas possibilidades de vivência do esporte.

Verificamos, assim, a necessidade do aumento da prática esportiva nas escolas, por meio de um projeto de cunho pedagógico e educacional, de competições regionais, estaduais e nacionais, de eventos e festivais esportivos. Em outros termos, o esporte escolar olhando e trabalhando para além da antiga e obsoleta pirâmide, apresentada anteriormente.



O professor Elenor Kunz, em 1994, abordou o problema da mudança que era (e continua sendo) necessária na Educação Física. Seu estudo de doutoramento contribuiu para processar as mudanças na Educação Física através do tema esporte. Em sua concepção, haveria uma transformação didática do esporte na prática do professor de Educação Física. A idéia inicial da tese pode ser resumida em: *"É uma irresponsabilidade pedagógica trabalhar o esporte na escola que tem por conseqüências provocar vivências de sucesso para uma minoria e vivência de insucesso ou de fracasso para a maioria."*

Desta forma, o desenvolvimento do esporte escolar seria conduzido pela contra-mão do processo de exclusão da maioria, isto é, os professores de Educação Física teriam que promover o esporte, ensinando-o a todos. Seria necessário não apenas transmitir e ensinar técnicas dos esportes com vista a competições, mas transformá-lo didaticamente. Isso inclui uma agenda complexa que passa pela compreensão da sociedade que produz mercadorias e chega à instituição Esporte, que também produz mercadorias. Nesse sentido, nos dias atuais, seria impossível imaginar o esporte sem o componente rendimento. Por isso mesmo é importante que os alunos tenham acesso a informações sobre a mercantilização do esporte, de como ocorre a troca e venda de imagem, produtos, atletas e tantas outras mercadorias no esporte e através do esporte.

Isso significa uma nova visão, com mais participantes, com maior número de espectadores que entenderão mais sobre esporte e com um maior número de pessoas envolvidas no mundo de negócios dos esportes, com uma compreensão maior do contexto de envolvimento.

Se o mais significativo no esporte escolar são as competições pedagógicas, precisamos aprofundar mais o tema do caráter das competições educacionais. Em primeiro lugar registra-se que a herança militar e médico-higienista nos conformou com a idéia do esporte educacional, necessariamente, de treinamento e rendimento de equipes esportivas como única via de promoção de competições.

Muitos cursos de Educação Física pautaram seus currículos pelo paradigma da aptidão física, o que implicou um grande número de horas destinadas ao estudo da anatomia, fisiologia, biomecânica e biologia entre outros. Tais conteúdos estavam organizados por uma formação tecnicista que, no esporte, ensinava nada mais do que gestos técnicos, fundamentos básicos do esporte.

Na atual realidade, as mudanças foram significativas e, portanto, não podemos aceitar o simplismo desta pedagogia, até porque seus objetivos hoje já não são tão possíveis. Por outro lado, devemos nos afastar do espontaneísmo pedagógico que entende que a criança deve jogar de acordo com a construção de regras livres e o professor ser um mero coordenador. Tal perspectiva anula o papel docente e, assim, reproduzimos a lógica da exclusão, isto é, nada ensinamos, nada efetivamente transmitimos para as novas gerações.

Na sociedade, o esporte é um fenômeno do senso comum. As pessoas, nos círculos de conversa familiar ou não, reproduzem o esporte e o discurso existente na imprensa. A reprodução é uma categoria importante para a compreensão crítica do esporte. De um lado, somos levados à reprodução



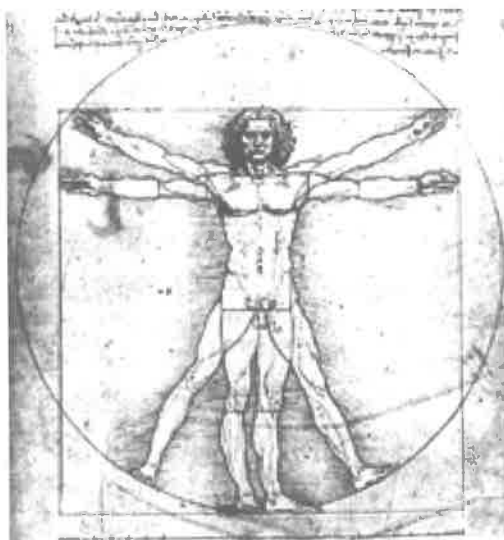
Em sua formação, se houve ênfase em aspectos biológicos, você aprendeu como lidar com pessoas saudáveis e normais ou também teve chance de saber como auxiliar alunos portadores de necessidades especiais, com diabetes, asma, e outros problemas crônicos? O professor de Educação Física é formado apenas para ensinar ao aluno ideal em termos físicos e cognitivos?

de uma série de ações, movimentos e atitudes, isto é absolutamente normal, aliás é bom que aconteça mesmo a imitação da criança, as cópias dos adolescentes, as imagens que registramos na juventude, etc. Mas este é apenas um ponto de partida, pois, de outro lado, não precisamos e não devemos sempre reproduzir ações, movimentos e atitudes. Isso pelo fato de a consciência crítica se manifestar pelas contradições da realidade e da tirania das circunstâncias, o que nos obriga a negar. Em resumo, a reprodução é uma constante do afirmar, do negar e do afirmar novamente em plano crítico-superior.

Por isso as competições pedagógicas precisam ser modificadas radicalmente e isso só ocorrerá quando houver condições próprias, materiais e de recursos humanos qualificados, preparados para este desafio.

Descrevemos a seguir algumas características negativas na prática do esporte escolar, para podermos compará-las com possíveis mudanças:

- O esporte escolar reforça os valores da competição em detrimento dos valores da cooperação;
- O esporte escolar reforça o individualismo em detrimento da solidariedade;
- O esporte escolar privilegia atividades repetitivas e mecânicas em detrimento da liberdade de movimento, da criatividade e da ludicidade;
- O esporte escolar privilegia a ação exclusivamente diretiva do professor em detrimento do diálogo e da liberdade de expressão;
- O esporte escolar desenvolve as modalidades esportivas mais conhecidas e que desfrutam de prestígio social, como o voleibol e o basquete;
- O esporte escolar privilegia como conhecimento de determinadas modalidades esportivas, exclusivamente a execução técnica e tática dos seus fundamentos como o passe, o drible, a cortada, etc;
- O esporte escolar reforça a idéia de ascensão social através do esporte (cf. Souza, 1994, p. 81).



Qual seria o contraponto da negatividade do esporte escolar e no que efetivamente os aspectos positivos se relacionam com a política e a sociedade? Para responder esta questão, podemos simplificar o discurso propositivo em quatro pontos e então relacionar as pertinências da política e da sociedade:

- O esporte escolar pode reforçar a cooperação através da educação da sensibilidade, da ética, da estética e dos conhecimentos pertinentes à bagagem dos alunos, bem como à criatividade crítica do professor;
- O esporte escolar pode reforçar o coletivismo ensinando que dependemos dos outros para poder atuar com mais inteligência, mais estratégia na atividade desenvolvida;



- O esporte escolar pode encaminhar crianças e jovens para práticas prazerosas, sem se furtar às competições pedagógicas. O prazer pode se aliar à técnica, à disciplina e ao estudo rigoroso sobre determinada atividade;
- O esporte escolar pode desmistificar a ascensão social de alguns atletas e disseminar um discurso democrático de que sua existência deve ser baseada na possibilidade de ensino para todos.

A aplicação destes pontos no interior da escola depende de um ajuste entre o professor, seus alunos, o projeto pedagógico e também da política traçada por aqueles que detêm poder. Nesse sentido as expectativas de uma política de esporte popular e democrática que possa entranhar-se no seio da sociedade são grandes.

As esferas políticas, desde o governo federal, passando pelos estados e municípios e chegando efetivamente ao coração dos estudantes, podem

relacionar-se em uma unidade política de avanço, se compararmos com as tradições políticas de nosso país. Por fim, as dimensões do esporte (educacional, de lazer e de rendimento) também podem criar canais de diálogo na sociedade e é bem possível que isso venha a ocorrer, pois partindo da inclusão social e da democratização do acesso ao esporte, cada vez mais ficarão nítidas as diferenças no fazer esportivo e em seus respectivos objetivos.

Se todos concordam com as idéias de que o esporte, na sua dimensão educativa escolar, deva ser regido por princípios próprios e diferenciados do esporte de rendimento, o que dizer do esporte relacionado ao lazer? É possível estabelecer, nas horas de folga dos trabalhadores, práticas esportivas que os conduzam à emancipação?

Se entendermos o lazer esportivo como política social, podemos questionar o efeito de tal política, isto é, os conflitos dos setores populares serão anestesiados, adormecidos e amenizados ou terão oportunidade de manifestar-se nas contradições e reivindicações vigentes? Isso implica questionar se as políticas sociais estimulam os despossuídos e oprimidos a novas conquistas fora o mero direito ao emprego ou se o mero direito ao emprego e o que já existe é o suficiente.

Trata-se de uma questão complexa que envolve um certo sentido educacional, mas também pode ser vista pela ótica da necessária redução da jornada de trabalho.



O importante é que a área de Educação Física estabeleça o diálogo com o esporte, traçando as linhas de demarcação dos interesses e confluências.

Nesse sentido podemos separar a Educação Física como componente curricular, mais ligada ao conhecimento da cultura corporal e possibilidades de vivências múltiplas e o esporte escolar mais ligado às vivências esportivas e motoras, diversificadas e/ou específicas.

Também podemos separar a educação esportiva do esporte de base, a primeira mais próxima do esporte escolar e das práticas de educação formal; a segunda, relacionada ao esporte de preparação para o rendimento, realizada preferencialmente em instituições de formação de atletas, clubes, associações específicas de treinamento, etc.

Por fim, temos que tornar verdadeiro o discurso da inclusão. Isto significa pôr em prática as palavras mágicas do esporte educacional e planejar aulas de Educação Física e esporte que possam expressar com fidelidade o caráter educacional. Significa também abandonar de vez a idéia de que a Educação Física cuida do corpo e da mente (cf. Medina, 1989).

A mentira e o ocultamento das atividades pedagógicas não servem à sociedade, principalmente quando o autoritarismo (e não a autoridade) se faz presente para atropelar toda e qualquer organização democrática. Não podemos mais conviver com a falsa concepção de unidade existente na Educação Física: a de que existe um elo entre corpo e mente que não pode ser dissociado. Da mesma forma temos que rechaçar a famosa dicotomia entre o corpo e a mente, ou seja, não concordar com a divisão e

a fragmentação do ser humano. Tais questões implicam necessariamente na abordagem dialética do esporte, avançando-se em direção a uma concepção unitária de esporte, ainda inexistente.

Na mesma direção cabe fundamentar a Educação Física como componente curricular excluindo a possibilidade de mera atividade, ou nas palavras de Castellani Filho, "um fazer por fazer". Isso porque já no nascimento das possibilidades escolares, muitas vezes, há o reforço da perspectiva do "nada fazer" do "recreio prolongado". Tal perspectiva contribui para deslegitimar a Educação Física no interior da escolar e, conseqüentemente, o esporte escolar sendo tratado como acessório.

As conseqüências desse arranjo respingam na sociedade que entende que a atividade física é benéfica para a saúde e ponto. Para além da argumentação fácil, precisamos difundir a idéia de que os interesses de poucos estão sendo o centro do debate político sobre o esporte. Quem não se lembra da famosa frase televisiva: "Saúde é o que interessa, o resto não tem pressa"?

Cabe, nesse formato, inverter a lógica do exercício físico descontextualizado e tratá-lo como conhecimento prático e teórico. Prático, pelo fato de que a base do conhecimento é prática, aprende-se na e pela prática, no fazer, no se-movimentar, na expressão do corpo, na imitação dos gestos. Teórico pelo fato de que é a teoria quem generaliza a experiência, revela questões que nem sempre estão implicadas na prática e, além disso, contribui para atingir a consciência das necessidades dos homens, elevando-os racionalmente e sistematizando os pensamentos da prática.

Agora é com você

Como a Educação Física é vista em sua escola? Mera atividade para preencher tempo e carga horária obrigatória?

Quantas vezes suas aulas podem ter sido suspensas porque os alunos precisavam terminar alguma tarefa ou estudar para provas?

Parte da intenção deste curso é mudar essa mentalidade e parte da tarefa é sua.

Para isso, é preciso bastante empenho em seus estudos. Como eles estão indo? Lembre-se que você ainda está no começo deste módulo e temos muito a dialogar. O espaço reservado na sua agenda para suas leituras está sendo suficiente? É bom pegar o ritmo logo no começo, senão o tempo passa e as tarefas só se acumulam...



O direito da criança e do adolescente no esporte



Panathlon Internacional é uma associação dos Clubes Panathlon, entidades fundamentadas essencialmente em trabalho voluntário de seus sócios e com finalidade ética e cultural que se propõe a aprofundar, divulgar e defender os valores do esporte como instrumento de formação e valorização da pessoa e como veículo de solidariedade entre os homens e os povos.

Ao término do estudo desta seção, você deverá ser capaz de:

- Compreender que o esporte é um direito da criança e do adolescente e que deve ser promovido para todos, sem seletividade.

Lançado em 1988, em Genebra, e relançado no congresso de **Panathlon** em Avignone (1996) a Carta dos Direitos da Criança no Esporte apresenta onze itens assim distribuídos:

- 1 – Direito de praticar esporte;
- 2 – Direito de se divertir e de jogar;
- 3 – Direito de usufruir de um ambiente sadio;
- 4 – Direito de ser tratado com dignidade;
- 5 – Direito de ser rodeado e treinado por pessoas competentes;
- 6 – Direito de seguir treinamentos apropriados aos ritmos individuais;
- 7 – Direito de competir com jovens que possuem as mesmas possibilidades de sucesso;
- 8 – Direito de participar de competições apropriadas;
- 9 – Direito de praticar o próprio esporte com absoluta confiança;
- 10 – Direito de tempos de repouso;
- 11 – Direito de não ser um campeão.

Respeitar o ser em desenvolvimento no sentido de garantir uma educação esportiva de qualidade que possa oferecer o aprendizado do gesto esportivo combinado com a possibilidade de gosto pelo esporte é um eixo que perpassa toda a carta. Da mesma forma, ampliar experiências motoras e sociais dos grupos, a fim de estabelecer “consciências” dos direitos que possam ser introjetadas e vividas democraticamente.

Tratar de direitos da criança no esporte implica o questionamento da concepção e da prática esportiva a ser conduzida. Variando de lugar para lugar, mas com um eixo comum, os direitos podem se tornar inexpressivos e sem utilidade caso sejam apenas vistos e não vividos, isto é, caso não ocorra uma efetiva manifestação sobre eles.

Ao pensar em direitos da criança e do adolescente para o **Programa Segundo Tempo**, esboçamos um paralelo entre duas fontes internacionais, a Unesco e o Panathlon, extraindo uma concepção própria que pudesse auxiliar nossas características nacionais e regionais, refinar melhor os objetivos dos direitos, ou seja, ajustar tais direitos segundo as nossas necessidades.

PANATHLON	UNESCO
1 – Direito de praticar esporte	1 – Direito fundamental de todos
2 – Direito de diversão e brincadeira	2 – Educação permanente
3 – Benefício de ambiente sadio	3 – Necessidades dos indivíduos
4 – Tratamento com dignidade	4 – Qualificação docente
5 – Treinamento por pessoas qualificadas	5 – Equipamentos e materiais
6 – Treinamento adequado	6 – Investigação e avaliação
7 – Igualdade nas possibilidades	7 – Defesa de valores éticos
8 – Competições adequadas	8 – Informação e Documentação
9 – Repouso	9 – Comunicação Social
10 – Direito de não ser campeão	10 – Instituições Nacionais
	11 – Cooperação Internacional

A partir de uma compreensão unificada e avançada sobre direitos no esporte escolar, percebemos que ambas as instituições enfatizam as competições esportivas em detrimento das aulas de esporte para todos. Além disso, pautam seu discurso abstraindo a escola do universo de possibilidades pedagógicas do esporte.

No Brasil, predominantemente o esporte educacional ocorre no interior da escola e não fora dela. Sabemos das dificuldades dos professores de Educação Física na organização de horários de quadra e turmas para a prática esportiva e isso reforça o argumento de que a escola deve ser um espaço privilegiado de atuação e ocupação do esporte escolar. Em ambos os documentos, a tônica parece estar fora da escola, concebendo uma criança idealizada, isto é, uma criança que, em tese, não enfrentaria problemas na família, na escola e na sociedade. No geral, não temos nada contra o esforço de Instituições que proclamam direitos para todos no esporte. O que não podemos deixar de frisar são as generalidades das cartas, palavras que se soltam no vazio e não se relacionam com a realidade miserável da maioria das escolas no Brasil.

Tentando inverter tal lógica, apresentamos a primeira versão da Carta Brasileira do Esporte Escolar – objeto de debate do Seminário Nacional

Esporte Escolar e Inclusão Social – realizado em dezembro de 2003 na Universidade de Brasília.

Levando em consideração a diversidade e complexidade brasileira, bem como os objetivos do **Programa Segundo Tempo**, a perspectiva amplia determinadas noções de esporte e sugere a participação de todos na reflexão e ação sobre os mecanismos necessários à efetivação dos direitos no esporte escolar.



Agora é com você

Reveja os direitos da criança no esporte. Você concorda com todos eles? Acrescentaria mais algum? O que eles dizem sobre ou para sua prática?

Até o momento você tem conseguido alcançar todos os objetivos propostos no começo das unidades? Se alguma coisa não ficou clara, entre em contato com seu tutor, pesquise, pergunte.

Se estiver tudo certo até aqui, passe para a próxima seção e bom trabalho.

A Carta Brasileira do Esporte Escolar

Ao término do estudo desta seção, você deverá ser capaz de:

- *Compreender que existe desde a década de 80 um debate acadêmico profissional em forma de cartas, manifestos, confrontos e embates político-ideológicos na área de Educação Física;*
- *Compreender e ser capaz de explicar as diferenças entre as posturas assumidas por diferentes grupos e concepções nesse debate.*



Carta brasileira do esporte escolar – dezembro de 2003

Introdução

O Brasil vive um novo momento político e social. Nos últimos vinte anos grandes impasses como dependência e desigualdade social se agravaram, resultando em um quadro de crises recorrentes. A realidade social brasileira presencia o agravamento da violência e da expansão da criminalidade organizada nos centros urbanos. A reconstrução nacional é o principal desafio para o crescimento econômico e desenvolvimento sustentável com bases em novas iniciativas de caráter distributivo de renda. A questão do crescimento é nodal e por isso o desenvolvimento de políticas sociais ganha destaque. A consecução de um projeto nacional e desenvolvimentista requer amplo debate com a sociedade e, implica a formulação e execução de políticas que efetivamente ofereçam a inclusão social. A atual conjuntura é propícia à expressão democrática das várias instituições públicas e privadas, de educação, saúde, segurança, esporte, entre outras.

As políticas sociais, acolhidas na Constituição Brasileira de 1988 indicaram as principais mudanças, não sendo, entretanto, totalmente assimiladas pela

população beneficiária, tampouco reconhecidas na sua plenitude. Assim, afirmar direitos sociais em processo de consolidação não é tarefa fácil para o conjunto da sociedade brasileira, principalmente para os segmentos excluídos e as classes sociais de baixa renda. A educação, a cultura, o esporte e o lazer inserem-se no contexto de políticas sociais e direitos sociais e se expressam em programas, projetos e atividades de impacto. O esporte como valor social deve ganhar importância nesse cenário. Com base na política nacional de esporte, formulada pelo Ministério do Esporte do Brasil, verificando os principais elementos do debate construído nacional e internacionalmente, cabe destacar as formulações mais gerais do esporte de caráter inclusivo e suas raízes com as áreas integradas. Reafirmamos aqui uma disposição coletiva em enfrentar a problemática da escola, seus múltiplos significados e desdobramentos, a área da Educação Física escolar, inserida no respectivo projeto educacional dos professores e a importância do esporte escolar como mais uma possibilidade pedagógica.

Os modelos esportivos predominantes são difundidos com base em práticas de reprodução de valores, normas, técnicas e gestos da sociedade vigente, incorporando códigos e significados que reforçam os princípios da alta competitividade, busca por índices de rendimento atlético, quantificação e seleção de estudantes, sendo muitas vezes utilizado como aparelho ideológico de controle social. Uma política de esporte para o Brasil não deve seguir modelos pré-estabelecidos, mas construir orientações democráticas com os envolvidos.

As características educacionais do esporte, combinadas com a perspectiva de uma educação integral informam que a política a ser desenvolvida nesse campo deve privilegiar ações complementares da Educação Física como componente curricular na escolarização formal, devendo tal componente ser oferecido sem distinção de qualquer tipo (sexo, raça, habilidade, características físicas, desempenho estudantil) e, ser necessariamente complementado pelo esporte, aumentando a jornada escolar e traçando um plano de unidade, tanto do ponto de vista administrativo e financeiro quanto do ponto de vista pedagógico. Isso implica a organização de um currículo escolar ampliado que possa compreender as especificidades regionais e, além disso, traçar metas de desenvolvimento humano condizente com a realidade. Assim, para efeitos de melhoria do que ocorre no interior da escola quanto ao esporte, Educação Física se diferencia do esporte escolar. Enquanto a primeira é um campo de conhecimento, o segundo apresenta-se como campo de vivência.

Torna-se importante que, no interior das escolas, a comunidade tenha acesso a práticas culturais e sociais que a possibilite interagir com e através do esporte. A violência como componente do esporte (vitória a qualquer custo, utilização de doping, lógica do jogo esportivo baseado na dominação e opressão dos mais fortes sobre os mais fracos, uma verdadeira guerra sangüinária), deve ser controlada, vigiada e substituída por mecanismos de diálogo e debate de componentes democráticos, o que inclui fundamentalmente a integração de políticas sociais e públicas na organização escolar e popular. Os elementos de socialização e convívio escolar devem supor as diferenças corporais e técnicas entre os educandos,

bem como questões afetivas devem ser contempladas no planejamento de atividades e na convivência com os sujeitos envolvidos. Ressalta-se que o esporte por si só não inibe a violência, isto é, as políticas sociais não podem ser pensadas de forma isolada, mas sim, integrada. A abertura de escolas nos finais de semana com o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais é uma forma de enfrentamento à violência, mas esta ação não pode isoladamente conter a violência. Índices de violência diminuem na medida em que houver possibilidade de aumento de investimentos e disponibilidade de atendimento de direitos como moradia, transporte, emprego e qualificação profissional.

Na mesma direção a influência da Indústria Cultural e dos meios de comunicação de massa na manutenção da hegemonia conservadora indica uma dimensão mercadológica de padronização de imagens corporais e bens de cultura, reduzindo o esporte à manifestação de espetáculos, tornando-o prisioneiro do padrão único do rendimento máximo – rendimento de atletas de elite em detrimento da perspectiva educacional e de lazer.

O esporte educa através da cooperação, solidariedade, noção de conjunto, organização, discussão de regras, socialização e interesses em temas da cultura corporal. As estratégias de um jogo esportivo podem ser decididas coletiva e democraticamente, para tanto é necessário a compreensão do professor como pedagogo, como mediador ora diretivo ora não-diretivo, ou seja, sem cair nos abusos/extremos da diretividade (autoritarismo) ou não-diretividade (espontaneísmo). No esporte, há oportunidades de formação, de educação e difusão de valores sociais, conhecimentos e pensamentos voltados para o senso crítico. Crianças e adolescentes das mais variadas classes sociais gostam do esporte, vivenciam experiências e oportunidades de alegria, prazer, confiança, expectativa, resolução de problemas, amizade e sonho. A educação esportiva apresenta-se como oportunidade nas aulas de Educação Física e na complementação do esporte escolar (contra-turno escolar)

Os treinamentos intensivos e de sobrecarga devem ser abolidos no esporte escolar. Para isso, professores, instrutores e monitores devem atentar para as atividades realizadas, seu planejamento, acompanhamento e avaliação. As crianças e adolescentes devem ter oportunidades otimizadas em brincadeiras, jogos lúdicos e educação esportiva conduzidos através de manifestações corporais de múltiplos significados, bem como vivências práticas que possam estimular a socialização permanente e a inteligência corporal e técnico-tática. Isso se consegue com destinação de investimentos em formação, capacitação e requalificação de recursos humanos, mas há que se considerar as diferenças entre faixas etárias, bem como o necessário tratamento àqueles que se destacarem em atividades esportivas, isto é, o devido encaminhamento de alunos para atividades de iniciação esportiva com vistas ao esporte de rendimento, encaminhamento que deve objetivar o esporte de base nos clubes sociais, federações e instituições de formação de atletas. Nesse sentido a pirâmide esportiva seletiva deve ser totalmente reformulada no esporte escolar.

Por outro lado, os programas, projetos e atividades de esporte educacional devem ser acompanhados por equipamentos e materiais apropriados

em número e qualidade compatível com a prática realizada. As instalações escolares, bolas e outros materiais e equipamentos que são fundamentais para as práticas não é uma questão menor, mas daquelas que exigem permanente esforço, pois requer conservação e reposição planejada. Isso implica em condições adequadas de higiene, água, merenda, atividade e repouso, relações com a Saúde como área interdisciplinar e organização de limpeza nos locais destinados à prática esportiva. O incentivo ao crescimento e desenvolvimento pessoal, bem como o respeito e tolerância às diferenças e a inibição da violência verbal e física no esporte, implicam no desdobramento dos direitos já consagrados, a serem conquistados mediante projetos de segurança e paz nas escolas, a pesquisas sobre a violência, à participação efetiva da comunidade na gestão dos equipamentos, a formação continuada de agentes e a pesquisas sobre o campo da Educação Física escolar. Tais princípios são imprescindíveis ao esporte escolar dos brasileiros.

O direito de participar em igualdade de condições nas possibilidades de sucesso ou insucesso no esporte passa internamente pelo direito de participar de competições pedagógicas, torneios e festivais esportivos adequados a faixas equilibradas de idade escolar. Questões que não podem ser desconectadas do planejamento e compromisso do professor de Educação Física, dos programas alternativos e criativos e da integração escolar e comunitária. Os pais e responsáveis devem ser informados sobre o acompanhamento e avaliação das crianças e adolescentes em processo de formação esportiva. Uma cultura esportiva pode ser gerada com novos mecanismos éticos de reivindicação e esclarecimentos quanto ao projeto pedagógico de esporte da unidade escolar, novas formas de reuniões pedagógicas com a efetiva participação dos professores de Educação Física e todos aqueles que se interessam pelas atividades esportivas e de lazer.

As teses democráticas e as constatações mais recentes da produção científica da Educação Física brasileira afirmada e reafirmada na perspectiva humanista e educacional das práticas esportivas foram expressas na sistematização das Cartas Brasileiras de Educação Física. A carta brasileira de Educação Física de Belo Horizonte, em 1984 se posicionou criticamente frente ao compromisso com a ciência emergente. A pesquisa como a investigação científica em Educação Física foi considerada incipiente, pois os estudos biomédicos eram valorizados em detrimento de outros campos de conhecimento da área. A carta sugere que o poder público reconheça a importância da pesquisa e aloque mais recursos para a evolução da Educação Física como ciência da educação. Além disso, entende que a comunidade científica deva ser ouvida e que o pesquisador possa ser respeitado na escolha de temas e investigações, resguardando os limites da ética. A preocupação com a pesquisa em Educação Física visa à melhoria da educação em geral. Desde os anos 1980 importantes estudos têm destacado a necessidade do esporte reformular-se. Em outras palavras, não basta garantir o acesso à educação, mas promover sua contínua qualidade através de diferentes atuações diretas e indiretas que possam efetivamente qualificar o direito prescrito. Por isso não podemos negar a crítica ao esporte que o entende como instituição que agrega/desagrega valores e conhecimentos. A carta brasileira de Educação Física de Carpina, em 1986

evidenciou uma perspectiva de crítica ao tecnicismo tecendo elementos sobre a seletividade e discriminação de crianças.

Hoje, não se trata de negar o esporte de rendimento nem compreendê-lo como oposto ao esporte educacional, mas construir um caminho de unidade que possa promover e mudar o esporte em nosso país. Delimitar claramente as ênfases do esporte para que o direito ao esporte possa ser ampliado. Este desafio não é só do professor de Educação Física, mas do conjunto da sociedade que deve reivindicar uma pedagogia de qualidade para um esporte de qualidade.

Um conjunto de ações políticas no campo do esporte educacional pressupõe contínua capacitação, formação continuada e qualificação de professores, material adequado e competência pedagógica. Nesse sentido as pautas do(s) Direito(s) são fundamentais para uma clara compreensão do atual momento político da conjuntura mundial e brasileira. Para além dos consagrados direitos sociais (entre eles, o esporte) afirmamos a necessidade da educação brasileira atender na plenitude, a área do esporte escolar. Assim, uma nova concepção de esporte necessita ser gestada na prática pedagógica dos professores, um conteúdo que possa conciliar teoria e prática, objetivos que efetivamente conduzam ao ensino e aprendizagem significativos e uma avaliação que não vise à seleção, classificação e discriminação de estudantes.

- 1 – Considerando o acúmulo teórico e político do amplo debate das Cartas Brasileiras de Educação Física que reuniu as principais reivindicações do conjunto da área acadêmica e profissional;
- 2 – Considerando as ações de promoção do esporte escolar presente nas Secretarias de Educação e Esporte;
- 3 – Considerando a formatação de projetos de inclusão social como o Segundo Tempo e a série de ações integradas que organizam e objetivam uma nova concepção de esporte e desenvolvimento social;
- 4 – Considerando a realidade dos professores de Educação Física no que se refere às dificuldades operacionais e pedagógicas bem como ao projeto pedagógico das unidades escolares;
- 5 – Considerando as contribuições de entidades acadêmicas e estudantis como também de movimentos sociais, todos com o objetivo primeiro de democratizar em variadas esferas o esporte escolar, promovendo a socialização de conhecimentos no interior das escolas;
- 6 – Considerando a compreensão do esporte como fator de inclusão social, implicados aqui os determinantes da exclusão e das contradições geradas pela condição dependente do Brasil perante o imperialismo;
- 7 – Considerando ainda, a necessidade de tratar o esporte como conhecimento, como cultura ao alcance da comunidade escolar;
- 8 – Reafirmando as disposições constitucionais e as contribuições das cartas precedentes, apresentamos, na seqüência, os destaques centrais desta Carta, isto é, pontos que deverão ser amplamente divulgados junto à comunidade escolar.

Princípios:

- 1 – Toda pessoa humana inserida no processo de educação formal tem o direito de praticar e conhecer o esporte no interior de sua escola. Todos devem ter a possibilidade de acesso garantido, no qual deverão ser inseridos mecanismos de qualidade crescente. Na atual conjuntura o governo tem demonstrado preocupação crescente com a política de esporte. O Ministério do Esporte como um ministério exclusivo é um exemplo claro desta preocupação, mas há outros. Pela primeira vez em nossa história temos a oportunidade de tratar de temas como a cultura corporal do brasileiro no esporte de forma transversal, múltipla e agregando a perspectiva de novos caminhos no setor. Começa a nascer uma concepção de esporte ampliada, democrática e unitária que causa impactos na escola.
- 2 – O esporte escolar é um elemento de educação integral e um complemento da Educação Física como componente curricular, devendo ser oferecido sem distinção de qualquer tipo (sexo, raça, habilidade, características físicas, desempenho estudantil). A necessidade de ampliação da jornada escolar é o primeiro passo para garantir a permanência do alunado na escola. Integrando o esporte no projeto pedagógico estamos promovendo um currículo ampliado que supera o conceito de currículo como um mero conjunto de atividades e disciplinas. Pode também superar a dicotomia/fragmentação existente entre Educação Física parte “curricular” e esporte como atividade “extracurricular”. No horizonte, os saberes curriculares se misturam com o trabalho como atividade humana realizadora. Se o esporte é uma das formas desta realização e libertação ele também é um componente imprescindível de produção cultural, simbólica e artística, efetivamente humano.
- 3 – Os elementos de socialização e convívio escolar devem ser incentivados e quando possível incrementado os laços de solidariedade e amizade. As diferenças corporais e técnicas dos alunos não deve ser motivo de exclusão ou segregação, mas respeito, tolerância, compreensão e conhecimento. Dentro ou fora do jogo esportivo, a expressão da afetividade se mistura com o prazer, a disputa, a ética, a estética, a confiança, o medo, a intenção e o conhecer corporal. Ninguém poderá ser humilhado, ofendido ou xingado por não executar/realizar gesto técnico ou exercício esportivo considerado não apropriado, ou mesmo falhar em alguma ação de jogo e/ou desempenho.
- 4 – Nenhum treinamento intensivo e de sobrecarga deve ser praticado no esporte escolar. As crianças e adolescentes deverão ter oportunidades otimizadas em brincadeiras, jogos lúdicos e educação esportiva conduzidos através de manifestações corporais de múltiplos significados, bem como vivências práticas que possam estimular a socialização permanente e a inteligência corporal e técnico-tática. As adequações e oportunidades em condições de igualdade são garantidas quando ocorre diferenciação de faixas etárias, diferenciação de atividades, de contexto e cultura onde se inserem. Podemos indicar como regra geral, um agrupamento por faixas etárias de dois anos de diferença,

não necessariamente rígido, mas flexível quanto às possibilidades concretas, iniciando-se aos seis ou sete anos de idade – início formal do ensino fundamental. Do ponto de vista educacional o esporte escolar não visa à formação do atleta, nem deve ser encarado como base para o rendimento. A iniciação esportiva e o treinamento também devem supor uma política integrada e critérios justos de avaliação sem segregação. Nesse sentido o encaminhamento de alunos destacados nas atividades desenvolvidas para clubes, federações e instituições de promoção da formação no e do esporte de base deve ser garantido como direito do cidadão.

- 5 – Os programas, projetos e atividades de esporte escolar deverão ser acompanhados por equipamentos e materiais apropriados em número e qualidade compatível com a prática realizada. Todas as instalações escolares devem receber vistoria de autoridades competentes. Banheiros, vestiários, salas de aula e demais equipamentos são condições indispensáveis para o desenvolvimento do esporte escolar. O material pedagógico por sua vez deve ser periodicamente repostado conforme houver solicitação de unidades escolares. Os materiais mais permanentes devem ser cuidadosamente guardados para evitar furtos e perdas desnecessários.
- 6 – Formação, capacitação e qualificação docente são direitos indispensáveis para o desenvolvimento do esporte escolar. Professores e estudantes de Educação Física devem ser estimulados ao estudo e à pesquisa sobre o esporte. A promoção de cursos de capacitação, extensão, especialização e qualificação profissional deve sempre ser incentivada. Muitos professores, depois de um certo tempo na carreira, desanimam-se com as condições de trabalho e acabam não estudando e pesquisando. Bolsas e incentivos na carreira docente são questões fundamentais para a garantia de qualidade no esporte escolar. Uma intervenção pedagógica de qualidade é fundamental para a garantia da mudança no conteúdo, metodologia e avaliação dos professores. Nesse sentido é necessário ir além dos antagonismos presentes nas concepções de Educação Física.
- 7 – A todos devem ser garantidas condições adequadas de higiene, água, merenda, atividade e repouso. As relações estabelecidas com a área de saúde não são relações de subordinação isto é, o esporte escolar não depende das orientações da área de saúde, tampouco é restrito à atividade física e corporal dos indivíduos. Como área multidisciplinar, a saúde colabora com o esporte. Crianças, adolescentes, professores, estagiários, funcionários e a própria instituição escolar organizam-se na busca de um ambiente limpo, saudável e produtivo.
- 8 – A todos devem ser garantidos, incentivos ao crescimento e desenvolvimento pessoal, bem como o respeito e tolerância às diferenças, inibindo assim, a violência verbal e física no esporte. A segurança e a paz são elementos importantes para o esporte escolar. Se a mídia impressa e televisiva pode abordar a temática, a escola agrega o potencial do debate e da organização coletiva, produz e reproduz no e através do esporte conhecimento em variadas esferas.

- 9 – A todos devem ser garantidos iguais nas possibilidades de sucesso bem como o direito de participar de competições pedagógicas, torneios e festivais esportivos adequados à faixas equilibradas de idade escolar. Nesse campo estão incluídos a questão do planejamento e compromisso dos professores e estagiários de Educação Física, sua criatividade nos programas, planos, metodologias, acompanhamento e avaliação.
- 10 – Os pais e responsáveis devem ser informados sobre o acompanhamento e avaliação das crianças e adolescentes em processo de formação esportiva. A todos devem ser garantidos mecanismos éticos de reivindicação e esclarecimentos quanto ao projeto pedagógico de esporte da unidade escolar. As reuniões pedagógicas devem ocorrer com a efetiva participação dos professores e estagiários de Educação Física. Sempre quando possível deve-se incentivar trocas de informações, avaliação processual e outras formas de debate com os pais e os próprios alunos. A comunidade escolar tem o direito de construir o esporte como forma de integração e emancipação.



Como a Carta Brasileira do Esporte Escolar trata as diferenças entre a Educação Física e o esporte? Em sua opinião, quais as inovações desta carta?

Por outro lado, a vivência dos direitos para as crianças devem constituir, na prática, as possibilidades de atingir a sensibilidade, o gosto pela vida, isto é, o direito de ser feliz.

Segundo Ruth Rocha (2002)

“Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar, ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar. Não é questão de querer, nem questão de concordar, os direitos das crianças todos têm de respeitar (...) Tem direito à atenção, direito de não ter medos, direito a livros e a pão, direito de ter brinquedos (...) Carrinho, jogos, bonecas, montar um jogo de armar, amarelinha, petecas e uma corda de pular (...) Uma caminha macia, uma canção de ninar, uma história bem bonita, então, dormir e sonhar. Embora eu não seja rei, decreto neste país, que toda criança tem o direito de ser feliz.”



Agora é com você

Você deve ter lido a Carta Brasileira do Esporte Escolar de forma bastante aprofundada e reflexiva. Suas dúvidas e opiniões devem ter sido sistematizadas ao lado do texto ou no espaço do módulo reservado para isso. Se você não leu a Carta dessa maneira, retorne a ela, pois nas próximas seções desta unidade você vai estar lendo outras Cartas de Educação Física, e deve comparar o conteúdo e as intenções explícitas e implícitas que elas trazem.

Preparado para essa tarefa? Vamos lá? Se precisar, peça ajuda a seu tutor.

1.6.1 As Cartas Brasileiras de Educação Física

Na seqüência apresentamos uma síntese das Cartas Brasileiras de Educação Física com a intenção de problematizar o debate sobre o esporte escolar como uma política a ser documentada e os diferentes papéis por ele estabelecidos.

As cartas devem ser consideradas no tempo em que foram escritas e, assim, guardadas as características conjunturais e políticas dos diferentes momentos.

Seguindo a compreensão da problemática dos direitos, citada anteriormente, as cartas brasileiras orientam-se pelo modelo de análise global do processo, conhecimento e realidade da Educação Física no país.

É necessário, portanto, para os propósitos do esporte escolar, descartar as formulações mais genéricas sobre Educação Física e atentar para as especificidades que façam relação com o trabalho docente e as práticas esportivas de crianças e adolescentes.

Após uma apresentação resumida de cada carta, segue um comentário crítico que pode e deve ser também interpretado por você de acordo com sua experiência profissional e conhecimento acadêmico.

Carta de Belo Horizonte – julho de 1984 – Carta 01

1 – O Direito à Educação Física

O direito à Educação Física não tem sido possibilitado a todos e, portanto, sugere-se uma ação política para desenvolver a consciência crítica da população quanto aos seus direitos.

2 – Educação Física, educação e cultura

A Educação Física tem se caracterizado pelo autoritarismo e conservadorismo que a afasta das raízes culturais nacionais e a torna isolada de outras áreas.

3 – Educação Física e a Ética Profissional

Como existem conflitos entre as relações da sociedade/Estado/profissionais e não há um código de ética profissional para equilibrar tais conflitos, sugere-se que se criem debates para o desenvolvimento de um código de ética.

4 – A Educação Física e suas relações com o Estado

As ideologias que atingiram a Educação Física foram marcadas pelos interesses dos grupos dominantes, contra as aspirações da sociedade e, muitas vezes, dissimuladora das desigualdades sociais através da violência simbólica. É necessário, pois, comprometer-se com o processo de transformação social, investindo recursos públicos na escola pública e parques para a população em geral.

5 – Educação Física e ensino

O ensino de Educação Física não atende às reais necessidades da ação docente, havendo um descompasso entre o ensino e as áreas científicas, produtoras de conhecimento. Desta forma, os professores de Educação Física devem realizar uma análise crítica de sua prática, repensando a didática e o lazer na perspectiva de transformação social.

6 – O professor de Educação Física e o exercício da profissão

A atuação de leigos na Educação Física tem sido crescente, sendo necessária uma formação universitária em nível de licenciatura plena. As atividades comunitárias não-formais de caráter voluntário serão consideradas como intromissão ilegal em atividades profissionais privativas do professor de Educação Física.

7 – Formação do professor de Educação Física

Considerando a proliferação indiscriminada de cursos de Educação Física e uma mercantilização do seu ensino, bem como a necessidade de permanente atualização e aperfeiçoamento após a formação inicial, é imperativo que haja uma preocupação com a qualidade do ensino, que as associações de classe assumam sua responsabilidade no acompanhamento dessa formação e, que se objetive uma formação generalista, uma consciência ética e democrática.

8 – Mobilização e associativismo em Educação Física

Foi bastante longo o período em que grandes contingentes de profissionais estiveram alheios aos problemas da classe. Como muitos não estão organizados para a reivindicação dos seus direitos, sugere-se uma ampla mobilização em torno das associações de professores de Educação Física (APEFs), sindicatos, representações estudantis e outras formas de associativismo.

9 – Pós-Graduação em Educação Física

Para melhoria qualitativa dos recursos humanos em Educação Física, é necessário que a Pós-Graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) seja estimulada através de legislação, infra-estrutura, recursos humanos, bolsas e avaliação.

10 – Pesquisa em Educação Física

Como a investigação científica em Educação Física é incipiente e há uma tendência à concentração da pesquisa nos estudos biomédicos em detrimento de outros campos de conhecimento da área, sugere-se que os poderes públicos reconheçam a importância da pesquisa e aloquem mais recursos para a evolução da Educação Física como ciência da educação. Além disso entende-se que a comunidade científica deva ser ouvida e que o pesquisador possa ser respeitado na escolha de temas e investigações, resguardando os limites da ética.

11 – Informação e Documentação em Educação Física

A Educação Física Brasileira tem, como um dos fatores de desaceleração, o atraso no setor de informação e documentação. A diversidade do País exige uma melhoria substancial neste sistema, portanto, os poderes públicos e as entidades privadas precisam apoiar e investir.

12 – Educação Física e a iniciativa privada

A empresa privada tem tido participação crescente em segmentos da Educação Física por meio de produtos, serviço e exploração publicitária, portanto, é necessária a criação e dinamização de auto-regulação publicitária com inclusão ou acompanhamento de organismos de classe da Educação Física e sindicatos para equilibrar os interesses das empresas privadas.

13 – Cooperação e intercâmbio internacionais da Educação Física

Considerando que o avanço da tecnologia já não permite o isolamento de qualquer nação e que todos os documentos da Unesco e organismos internacionais da Educação Física preconizam a cooperação e o intercâmbio interna-

cionais, sugere-se que seja mantido o entrosamento, evitando-se o aprofundamento do desnível entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Carta de Carpina – 12 a 14 de março de 1986 – Carta 02

A sociedade precisa conhecer a Educação Física e saber que há profissionais nessa área empenhados no sério compromisso de torná-la uma ação pedagógica conseqüente, que busque alternativas educacionais dignas no deplorável quadro da educação brasileira. Tais profissionais representam uma tendência emergente na Educação Física no Brasil que, ao entendê-la e explicá-la, sob a ótica de uma concepção dialética do movimento, buscam a superação do corpo teórico existente, transformando-o estruturalmente. Esta tendência contrapõe-se àquela outra representada por profissionais que, mesmo desejando mudanças, somente as perseguem superficialmente. Esta contraposição acirra-se ainda mais no confronto com uma terceira tendência hegemônica, cujos profissionais que a representam colocam-se a serviço da reprodução e subsequente perpetuação dos valores pertinentes à concepção de Educação Física dominante.

A identificação da miséria é imprescindível, pois, se a miséria humana se estende a todos os homens, indistintamente, priorizamos nosso compromisso com aqueles que, ao desabrigo de uma organização social dividida em classe de dominantes e dominados, pertencem a esta segunda. São estes os integrantes da sociedade que, sofrendo os efeitos da exploração econômica, não têm direito a, dignamente, comer, trabalhar, morar, jogar, estudar, decidir.

Numa perspectiva tecnicista, a busca do campeão desencadeia um processo seletivo e discriminatório sobre as crianças, e os que a ele sobrevivem são chamados de “talentos”. Talentosos para quê? Seguramente para suportar os castigos que a injustiça social impõe e ainda pendurar no pescoço a medalha que os pais, o professor, o técnico, o dirigente, o governador e o presidente tanto anseiam. Não basta recusar esta Educação Física. É necessário compreender as causas dessa miséria pedagógica que, no ambiente escolar, marginaliza os cidadãos deste país. Nesta nefasta ação pedagógica, igualam-se à Educação Física, a Matemática, a Geografia, a História e outros. Os professores de Educação Física através da história ainda não conseguiram encontrar, em sua ação teórico-prática, dimensão social que justifique a existência da Educação Física, ou seja, esta não tem dado conta de dimensionar sua prática no sentido de explicitar e entender as contradições e conflitos inerentes à educação.

Considerados estes aspectos, evidencia-se nosso compromisso com o movimento libertador, em oposição ao movimento opressor. Não bastasse o absurdo de se prenderem em salas e cadeiras os alunos da pré-escola à universidade, ainda se os dirigem nas aulas de Educação Física para os movimentos que apenas reproduzem a ideologia dominante. Desta forma a Educação Física, por cumprir o papel de reproduzir os valores culturais na sociedade, não tem considerado as especificidades culturais próprias

daqueles que são oriundos da classe trabalhadora. Este comportamento social tem sido responsável pela discriminação e exclusão de um enorme contingente de crianças, impedindo-as de prosseguir seus estudos dentro do sistema escolar.

Um jogo pode ser proposto pelo professor às crianças feito um “pacote”: regras, técnicas, táticas, organização, materiais prontos. Ao indivíduo caberia jogar exercitando-se segundo o comando do professor, em habilidades mais e mais desenvolvidas, até atingir uma *performance* julgada satisfatória, também pelo professor. Neste caso alimenta-se a subserviência, mas não a inteligência; alimenta-se a obediência às regras, mas não a compreensão de normas de respeito individual e social; alimenta-se uma certa habilidade motora, mas não a criatividade. Se, por outro lado, a proposta fosse de jogar de acordo com uma orientação geral, trabalhando com as crianças a elaboração das regras, das técnicas, teríamos resultados completamente diferentes. Neste caso o indivíduo estaria se alimentando de elementos imprescindíveis à sua cidadania, em que as diferenças sociais, os preconceitos e as inabilidades não seriam camuflados. É isso que queremos: que as contradições surjam, pois promovê-las, denunciá-las e superá-las é o papel da educação.

Nesta linha de pensamento, o resgate do compromisso social na ação pedagógica da Educação Física, no sentido da superação do como é para como deveria ser conquistado, e algumas fases, que consideramos importantes, devem ser observadas:

A – Do domínio do conhecimento e do proceder científico

Torna-se premente a necessidade de as pesquisas serem socializadas e seus resultados colocados a serviço de toda a população. Toda a produção de conhecimento envolve gastos públicos e deve ter retorno social.

B – Da competência pedagógica

Temos consciência de que a pedagogia não é, por si só, a alavanca da transformação da sociedade e muito menos um fator de redução das desigualdades. No entanto, entendemos que a transformação da sociedade não ocorrerá sem uma pedagogia libertadora.

C – Da competência ética

Atendo-se ao campo específico da Educação Física, a competência ética não deve ser vista como um conjunto estanque de valores imutáveis, mas sim como a capacidade de o professor questionar os valores existentes, criticando, negando e denunciando as injustiças, a corrupção e todas as demais formas de violência humana.

D – Das responsabilidades governamentais

O MEC deve atuar no sentido de destacar a responsabilidade dos níveis de administração pública e privada, concentrando esforços federais na busca de mecanismos disseminadores das posições políticas aqui mencionadas.

Carta de Sergipe – 15 de dezembro de 1994 – Carta 03

Problemática da Educação Física e Esportes no Nordeste do Brasil

- 1 – Não existem, na Região Nordeste do Brasil, evidências de uma política integral para fomento e desenvolvimento das atividades físicas e esportivas nos seus diferentes âmbitos.
- 2 – O desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Física e esportes na região está limitado devido à existência de estruturas de poder burocratizadas, hierarquizadas, anacrônicas e atrasadas em termos de gerenciamento científico-democrático.
- 3 – A região não conta com recursos humanos formados e capacitados do ponto de vista científico, técnico, pedagógico, ético, moral e político.
- 4 – A região não conta com equipamentos e instalações, principalmente no interior dos Estados. Os equipamentos e as instalações muitas vezes tornam-se barreiras arquitetônicas, pois são projetados na perspectiva exclusiva do desporto competitivo de alto rendimento.
- 5 – A região não conta com condições favoráveis para a produção crítica e difusão do conhecimento científico da área, o que pode ser evidenciado pelos recursos financeiros irrisórios.
- 6 – A gestão democrática de políticas públicas para o setor inexistente na região, prevalecendo às decisões políticas que beneficiam setores abastados da sociedade. O esporte espetáculo é privilegiado e uma maioria de consumidores é espectador alienado que não compreende a cultura do seu tempo.
- 7 – As disparidades regionais são acentuadas em termos de recursos financeiros empregados no desenvolvimento da área. A maior parte dos recursos disponíveis é disputada e empregada no Sudeste e Sul do Brasil.
- 8 – A precária legislação da Educação Física escolar não é cumprida, o que pode ser constatado pela miséria das aulas, pelos pressupostos sustentados na prática pedagógica, pelo perfil do profissional, pela falta de continuidade de planos e programas, pela carência de pesquisa científica em torno da prática pedagógica, pela falta de espaço, materiais e fontes bibliográficas.
- 9 – O Nordeste do Brasil apesar de ser uma região potencialmente voltada para o turismo, lazer e recreação, nas perspectivas de atividades econômicas e culturais, não apresenta política, planos ou programas específicos para a área.
- 10 – Quanto ao desporto competitivo de alto rendimento, não existem políticas regionais de desenvolvimento. Confundem-se atribuições dos setores públicos e privado e atribui-se à escola o papel de “celeiro de atletas”.
- 11 – A violência nas atividades físicas e esportivas, em suas diferentes formas de manifestação nas práticas corporais e esportivas, também constitui uma problemática da Educação Física e esportes no Nordeste do Brasil. Tal violência se manifesta desde a segregação de oportunidades de acesso até a violência física, culminando com mortes em estádios, o que exige intervenções nas políticas educacionais e sociais para a solução desses problemas.

Nesse sentido reconhecemos como alternativa e reivindicamos que:

- 1 – As ações políticas sejam sustentadas por premissas ou referências que se situem na perspectiva de colocar a economia e a cultura na trilha do crescimento econômico e social integrado.
- 2 – O sistema de Educação Física e esportes esteja organicamente articulado com o sistema produtivo – com o mundo do trabalho –, na perspectiva de produtividade e da qualidade, significando geração de emprego, condições dignas de trabalho, salários condizentes e amplas possibilidades de acesso às práticas corporais e esportivas a toda população nordestina.
- 3 – Sejam coordenados esforços de integração e empenho de toda a coletividade, principalmente de conselhos populares e demais organismos da sociedade civil organizada. Significa, ainda, o desenvolvimento de iniciativas em busca de interdisciplinaridade na formação acadêmica, na produção do conhecimento e nos projetos de extensão universitária.
- 4 – Haja ampliação dos percentuais orçamentários – recursos públicos – a serem gerenciados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Esportes, para investimento no setor, e empregados sob rigoroso controle público e gestados democraticamente, privilegiando-se a Educação Física escolar, o esporte comunitário para todos, a produção do conhecimento, a formação de recursos humanos, as instalações, equipamentos e programas de amplo alcance e que beneficiem os setores desfavorecidos da população.
- 5 – As instituições de ensino superior assumam a responsabilidade de desenvolver projetos, programas e planos voltados para a otimização do setor, com relevância social e que não agridam o meio ambiente.
- 6 – As escolas sejam reconhecidas como espaço central de atividades educativas, a serem dotadas de estrutura material, pedagógica, organizacional e financeira, para oferecer ações integradas na área da cultura corporal e esportiva.
- 7 – Haja criação, ampliação e modernização, por vias informais e computacionais, de centros de documentação e informação – bibliotecas, museus e similares.
- 8 – Haja indicação e difusão de princípios avaliados, para o funcionamento das agências financiadoras do setor, com possíveis reorientações nas políticas de captação e distribuição de recursos, em função de necessidades sociais democraticamente identificadas.
- 9 – Haja incentivos à pesquisa – produção, crítica e difusão do conhecimento científico – na área de Educação Física e esportes, voltados para garantir a qualidade de vida, contribuindo para um desenvolvimento auto-sustentado e ecologicamente equilibrado.
- 10 – Sejam considerados domínios estratégicos à Educação Física escolar o esporte comunitário e o aproveitamento do potencial associado às atividades corporais de tempo livre, tempo de lazer e turismo.
- 11 – Sejam desenvolvidas políticas específicas para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da área e, principalmente, de remuneração. Planos de carreira, capacitação permanente, salários

condizentes e condições de trabalho dignas para professores e alunos estão diretamente associados à melhoria de qualidade na produção acadêmica e à recuperação da dignidade do trabalho docente e da gestão administrativa autônoma da área.

- 12 – Sejam criados acordos de cooperação regional, nacional e internacional, associando-se capacitação interna com a incorporação de tecnologia externa, preservando-se autonomia e especificidades regionais.
- 13 – Haja transparência e efetividade no desenvolvimento de projetos e programas das agências de fomento e desenvolvimento da área.
- 14 – Haja rompimento com as ambigüidades entre quem coordena (ministérios e suas agências) e quem executa (órgãos, instituições, etc.), mediante mecanismos desburocratizados, mais democráticos e participativos.
- 15 – Sejam incentivadas a crescente autonomia organizativa didático-pedagógica, as inovações e a integração comunitária, estabelecendo-se rupturas com as ações cartoriais e clientelistas, exercidas por cartolas, grandes empresários do esporte e confederações com grande poder de barganha.
- 16 – Haja garantia da consecução das conquistas constitucionais na área de Educação Física e esportes, também no Nordeste do Brasil, expressas na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988 – Capítulo III, Seção I, II e III.
- 17 – Sejam asseguradas mudanças na natureza qualitativa do Sistema Brasileiro Desportivo, rompendo o monopólio das grandes confederações esportivas detentoras de poder e que exercem de maneira totalitária e clientelista.
- 18 – Haja atendimento e materialização de reivindicações expressas em declarações, cartas, resoluções e manifestos elaborados por entidades e organismos da sociedade civil organizada nacional e internacionalmente, defensoras de Educação Física e esportes para todos, expressão de qualidade de vida.
- 19 – Seja consolidado um sistema de estatísticas e indicadores básicos em Educação Física e esporte – rede de banco de dados – que atenda com confiabilidade e regularidade às demandas do Estado, da comunidade científica e demais segmentos da sociedade.
- 20 – Seja garantida uma Educação Física de qualidade no Nordeste do Brasil; sejam incrementados os atuais níveis de aprendizagem da disciplina Educação Física; seja assegurada a melhoria do fluxo escolar, eliminando-se mecanismos pedagógicos excludentes.
- 21 – Seja promovida e incentivada a revisão crítica dos currículos de formação de profissionais para a área de Educação Física e esportes, de forma a assegurar, nas instituições, um novo padrão de qualidade para: o reconhecimento do trabalho pedagógico como essencial na intervenção social do profissional de Educação Física, abarcar uma sólida formação teórica, gestão democrática, unidade metodológica e interdisciplinaridade no trato com o conhecimento.

- 22 – Sejam incentivados um reordenamento e redescobrimto de espaços urbanos e rurais, na perspectiva de espaços ecológicos, nos quais as oportunidades de práticas corporais e esportivas sejam disseminadas.

Carta do Confef – agosto de 2000 – Carta 04

Do profissional Brasileiro de Educação Física

- 1 – A categoria de profissionais de Educação Física no Brasil deve ser identificada como a força de trabalho qualificada e registrada no Sistema Confef/Cref, responsável pelo exercício profissional na área de Educação Física.
- 2 – Os profissionais de Educação Física devem possuir uma formação acadêmica sólida, estarem organizados nos conselhos regionais de Educação Física e, permanentemente, envolver-se em programas de aprimoramento técnico-científico e cultural.

Do objeto da Educação Física no Brasil

- 3 – A Educação Física no Brasil terá que ser conduzida pelos profissionais da área como um caminho de desenvolvimento de estilos de vida ativos nos brasileiros, para que possa contribuir para a qualidade de vida da população.

Referências para uma Educação Física de qualidade no país

- 4 – Para uma Educação Física no Brasil que possa ser adjetivada pela qualidade, e que possa contribuir para a melhoria da nossa sociedade, existem algumas referências, pelas quais deve:
 - a) Ser entendida como direito fundamental e não como obrigação dos brasileiros;
 - b) Prover os seus beneficiários com o desenvolvimento de habilidades motoras, atitudes, valores e conhecimentos;
 - c) Propiciar vivências e experiências de solidariedade, cooperação e superação;
 - d) Valorizar práticas esportivas, danças e jogos que representem a tradição e a pluralidade do patrimônio cultural do País e das suas regiões;
 - e) Ajudar os beneficiários a desenvolver respeito pela sua corporeidade e as das outras pessoas, pela percepção e entendimento do papel das atividades físicas na promoção da saúde;
 - f) Interatuar com outras áreas de atuação e conhecimento humano, desenvolvendo, nos seus beneficiários, atitudes interdisciplinares;
 - g) Ser objeto de uma ação cada vez mais intensa da comunidade acadêmica quanto à pesquisa, intercâmbio e difusão de informações e programas de cooperação técnico-científica;
 - h) Ser conteúdo de livros, períodos específicos e banco de dados eletrônicos especializados.

Da preparação de profissionais para uma Educação Física de qualidade

- 5 – A preparação de profissionais para uma Educação Física de qualidade no Brasil deverá ser:
- Rediscutida, para que os currículos acadêmicos de preparação se harmonizem com as últimas renovações conceituais ocorridas na Educação Física;
 - Comparada, por indicadores efetivos, à preparação de profissionais de países vizinhos;
 - Ampliada, com a preparação complementada resultante de cursos, eventos, estágios, clínicas, etc.

Da indispensabilidade de uma Educação Física de qualidade nas escolas

- 6 – Para que o Brasil tenha uma Educação Física de qualidade nas escolas, é indispensável que:
- Seja obrigatória no ensino básico (infantil, fundamental e médio), independentemente de termos e circunstâncias dos alunos, fazendo parte de um currículo longitudinal ao longo da passagem dos alunos pelas escolas;
 - Integre-se com as outras disciplinas na composição do currículo escolar;
 - Seja dotada de instalações e meios materiais adequados;
 - Tenha práticas esportivas e jogos em seu conteúdo, sob forma de esporte educacional, que, ao não reproduzir o esporte de alto rendimento no ambiente escolar, deva apresentar-se com regras específicas que permitam atender a princípios socioeducativos;
 - Constitua-se no meio efetivo para conquista de um estilo de vida ativo dos seres humanos.

Da busca de uma Educação Física de qualidade nos seus diversos espaços

- 7 – A Educação Física, ao ser utilizada em espaços distintos de toda ordem, como academias, clubes, condomínios, praias, áreas públicas e outras, para que se torne de qualidade, é necessário que:
- Constitua-se numa expressão de democracia atendendo às opções das pessoas e oferecendo condições de igualdades em suas práticas;
 - Fique evidenciada a competência dos profissionais responsáveis nos programas desenvolvidos;
 - Tenha-se em todas as ações as referências éticas, sem concessões sob qualquer pretexto e circunstâncias.

As responsabilidades dos governos para o fomento de Educação Física de qualidade

- 8 – O governo federal, os governos estaduais e municipais precisam, o mais urgente possível, compreender o valor de uma Educação Física de qualidade para a população brasileira, o que deverá ser expresso por estratégias de intervenções como:
- A inserção de uma política de valorização da Educação Física para os cidadãos brasileiros através de programas e campanhas efetivas de promoção das atividades físicas em todas as idades, de acordo com suas especificidades;

- b) Adaptações necessárias nas legislações vigentes, principalmente na área de educação, para que a infância e juventude brasileira sejam beneficiadas com uma Educação Física desejável;
- c) Valorização da atuação dos profissionais de Educação Física, abrindo concursos e oportunidades de trabalho para atuações em todos os espaços públicos, além da promoção de programas de capacitação, que possam contribuir para uma melhoria da qualidade de vida nas populações sob suas responsabilidades;
- d) Compreensão da Educação Física como meio de promoção da saúde e, em decorrência, propiciar ações favoráveis nos campos legal, fiscal e administrativo.

Das responsabilidades do Confef/Crefs

9 – O Confef e os Crefs, pelas suas atribuições em lei e comprometimento diante da Educação Física no Brasil, atuarão fundamentalmente no compromisso de uma *Educação Física de qualidade*, sendo que, para isto, deverão intervir por uma melhoria e valorização de seus profissionais, inclusive quanto ao cumprimento do código de ética estabelecido, complementando a sua intervenção com ações vigorosas e consistentes, como a elaboração e difusão desta *Carta Brasileira de Educação Física*, para que a Educação Física possa, de fato, alcançar a *qualidade* objetivada e assim contribuir para uma sociedade cada vez melhor.

1.6.2 Comentários e reflexões sobre as Cartas Brasileiras de Educação Física

1984
governo João Figueiredo

São nítidas as diferenças e semelhanças apresentadas nas cartas. A **seqüência cronológica** destas produções (1984 – 1986 – 1994 – 2000) indica, nos contextos das conjunturas específicas, as mudanças internas da Educação Física brasileira.

1986
governo José Sarney

Após a ditadura militar, todos foram unânimes em promover o direito à Educação Física e esporte de qualidade. Até mesmo no período ditatorial, tal direito era declarado com letras maiúsculas.

1994 – 2000
governo Fernando Henrique Cardoso

Diversas intenções podem ser extraídas destes documentos:

- necessidade de dar visibilidade a uma área com baixo grau de densidade científica;
- necessidade de combater politicamente grupos antagonicos;
- tentativas de superar a prática tecnicista na formação dos professores, pois tal formato atrapalhava as intenções de abertura do mercado na área;

- promoção e valorização de tecnologias em desenvolvimento;
- informações e documentações que, em grande parte do período citado, eram extremamente restritas a grupos fechados.

Há, no entanto, um fio condutor que atravessa o período das cartas e manifesta-se com bastante visibilidade nos dias atuais: a questão do corporativismo.



Ainda que na prática a luta travada seja pelo *corpo* de professores, o movimento geral das cartas se aproxima muito mais das reivindicações, obrigações, palavras de ordem e defesas apaixonadas (muitas vezes legítimas) do que de uma ofensiva estratégia organizada com um amplo conjunto de trabalhadores. A limitação apresenta-se quando apenas os aspectos econômicos são priorizados, quando apenas os aspectos reivindicatórios do jogo político são apresentados como elementos de contradição.

E como se processa o engajamento e a criticidade do professor? Poder-se-ia contra-argumentar e elaborar a tese da estrutura política vigente que oprimia o conjunto das classes populares e, entre elas a da Educação Física. Superar as concepções mecanicistas e corporativistas é um desafio para todos aqueles que desejam mudar a Educação Física e o esporte por dentro, pela via efetivamente pedagógica-política.

Mas a força educacional das atividades docentes na escola pode começar a fazer sentido, desde os pequenos jogos ao esporte de competição. Isso, é claro, vai depender do planejamento das atividades e atitudes, dos conteúdos, métodos e avaliação dos professores, o que implica em bons salários e, então, estamos de volta à questão do corporativismo. Por outro lado, a unidade se constrói na luta, na diversidade de opiniões e na experimentação de novas possibilidades.

As cartas registraram e captaram a maior parte dos anseios da área de Educação Física, mas mesmo assim é necessário reafirmar que esse movimento culminou, ao mesmo tempo, com uma ruptura na eleição de 2002, e uma continuidade crescente, pois todos os elementos concretos das cartas, suas manifestações, pleitos e explicações *continuam vivos*.

Opinar e filosofar sobre o conteúdo das cartas deve ser combinado com um aprofundamento conceitual dos temas e abertura de polêmica justa quanto à programática a ser instalada em cada unidade escolar, em cada núcleo de esporte, para que se concretize o discurso e se efetive a mudança.

Com esse espírito, podemos rumar para a ampliação do horizonte teórico-político e, na prática, desenhar novas possibilidades de intervenção criativa. De qualquer forma, concordando ou discordando do conteúdo e das mensagens das cartas, registra-se o empenho daqueles que as escreveram e/ou contribuíram na intenção de melhorar a área de Educação



Usamos a palavra qualidade sem pensar muito em seu significado. Para você, o que é qualidade? Como ela se expressa na educação e no ensino do esporte?

Física. Quem realmente se comprometeu com a construção de mudanças merece ser parabenizado.



Um outro ponto importante a ser sublinhado no conjunto das cartas refere-se ao conceito de qualidade – se de um lado trata-se de uma justa reivindicação dos trabalhadores, de outro apresenta-se como serviço prestado, como mercadoria a ser trocada; em última análise, remete à coisificação do sujeito.

Importa registrar que a verdadeira qualidade deve ser social e socializada com todos. A discussão conceitual sobre qualidade pode ser resumidamente apresentada sob dois prismas: de um lado, a empresa capitalista que almeja lucros através de política econômica favorável aos empresários e amplamente desfavorável aos trabalhadores. Tal organização econômica da atividade produtiva e de serviços em conjunto com a organização do trabalho requer qualidade. É a eficiência da eficácia, a rapidez da perfeição, a competitividade do competitivo, a ganância do ganancioso.

De outro lado está a qualidade social dos trabalhadores, radicalmente diferente da anterior. Produz-se qualidade a partir da construção coletiva e popular, da arte e da estética, da educação voltada para o humano, ou seja, não meramente voltada para o mercado. O conceito de qualidade tem sido vulgarmente utilizado para definir produtividade, eficiência, agilidade de relações de trabalho e ética. Vê-se portanto, que a qualidade depende de quem olha, da concepção que se adota para enquadrá-la nos objetivos perseguidos.

Na tentativa de estabelecer os principais significados das cartas hoje, para a política da Educação Física e esporte em nossa sociedade, realizamos um extrato das questões básicas para os determinantes escolares:

- Atividade docente e formação acadêmica e continuada, vinculada à produção de pesquisas socialmente relevantes;
- Competência pedagógica que contemple a autonomia dos alunos;
- Implantação de políticas sociais no país e, principalmente no Nordeste, área carente de recursos humanos e materiais;
- Participação ativa e gestão democrática nas diversas entidades e debates que os envolvidos dinamizam.

Por fim, na conceituação do Coletivo de Autores sobre a reflexão pedagógica, entendemos que não pode ser uma carta ou um conjunto de cartas, o eixo de articulação da área de Educação Física e esporte. Segundo o Coletivo, a reflexão pedagógica é diagnóstica, judicativa e teleológica, isto é, constatamos os dados da realidade, julgamos tais dados a partir de uma determinada ética e apontamos a direção, o alvo aonde queremos chegar (*Metodologia do ensino de Educação Física*, 1992, p. 25). Podemos traçar o paralelo entre tal reflexão e o saldo das cartas brasileiras de Educação Física.

Estamos rigorosamente situados no conflito de perspectivas, pois já sabemos diagnosticar, julgar e objetivar. Resta aperfeiçoar tais mecanismos.

Agora é com você

E então, conseguiu ler as cartas de Educação Física? Algum item chamou sua atenção? Existem posicionamentos nelas dos quais você discorda ou concorda? Qual sua opinião sobre elas?

Se você não conseguiu realizar uma leitura crítica desses documentos, retorne a eles daqui a um tempo. Sublinhe idéias interessantes, faça anotações nas margens do módulo para aproveitar melhor sua leitura e aprofundá-la. Se quiser, faça anotações ou sistematize suas idéias no espaço reservado para você aqui no módulo.

Procure fazer reflexões enquanto estuda os textos das cartas, lembrando sempre do que foi apresentado anteriormente: o debate sobre a regulamentação das profissões ligadas à Educação Física; os grupos antagônicos envolvidos nesse debate; as ideologias e os fundamentos políticos e econômicos que os subsidiam.

Aqui chegamos ao final da primeira unidade deste módulo. Como estão seus estudos? Lembre-se que ainda temos mais duas unidades para estudar, portanto, continue com disciplina e organização para realizar suas atividades no prazo correto. Não deixe dúvidas acumuladas – contate seu tutor, pesquise, peça ajuda aos colegas.

Tome fôlego, descanse e bons estudos na próxima unidade.



Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Pós-Neoliberalismo, as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BETTI, Mauro. *A janela de vidro*. Campinas: Papyrus, 1999.
- BRACHT, Valter. *Educação Física e Aprendizagem Social*. Magister, 1992.
- _____. *Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. Ijuí: Unijuí, 1999.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papyrus, 1989.
- CARTAS Brasileiras de Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas: Autores associados, v. 23, n. 1, set. 2001.
- COLETIVOS DE AUTORES. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- FÉRNANDEZ ENGUITA, Mariano. *Trabalho, Escola, Ideologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREITAS, Francisco Mauri de C. *A miséria da Educação Física*. Campinas: Papyrus, 1991.
- GOMES, Luiz M. *Os homens do presidente*. São Paulo: Viramundo, 2000.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- KUNZ, Elenor. *Transformação didático-pedagógica no esporte*. Ijuí: Unijuí, 1994.
- _____. *Esporte Escolar*. Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física. *Caderno de Debates*, v. 1, ago. 1994.
- MARTINS, Umberto. *A crise do capital não está restrita à esfera financeira*. *Revista Princípios*, n. 51, jan. 1999.
- MARX, Karl. *A miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. *O Capital: crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital*. v. I e II, 7ª ed. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã: (I - Feuerbach)*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

- _____. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Moraes, 1983.
- MEDINA, João P. S. *A Educação Física cuida do corpo e "mente"*. Campinas: Papirus, 1983.
- NETTO, José P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- OLIVEIRA, Vitor M. de. *Consenso e conflito da Educação Física brasileira*. Campinas: Papirus, 1994.
- ROCHA, Ruth. *Os direitos das crianças segundo Ruth Rocha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SOUZA, Solimar S. de. *Esporte escolar: novos caminhos*. Vitória: CEFD/UFES, 1994.
- SADI, Renato S. Impactos da regulamentação no projeto pedagógico ideal para a Educação Física escolar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 21, n. 2/3, 2000.
- _____. A qualidade da Educação Física escolar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 21, n. 2/3, 2000.
- UNESCO. *Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da Unesco*. Paris, 1978. In: *Educação Física escolar: política, investigação e intervenção*, vitória, Vol. I, 2001.
- VAZ, Alexandre. Do culto à performance: esporte, corpo e rendimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 11. 1999. *Anais...* Florianópolis, 1999.
- VIEIRA, Evaldo. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

Referências na Internet

www.cbce.org.br
www.boletimef.org
www.confef.org.br
www.mncr.rg3.net